

Acção Socialista



N.º 1317 11 Dezembro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Bragança vai ter os primeiros quilómetros de auto-estrada ainda em 2010



BRAGANÇA VAI DEIXAR DE SER O ÚNICO DISTRITO DO PAÍS SEM AUTO-ESTRADA

20

Comissão Nacional



XVI Congresso do PS marcado para 27 de Fevereiro a 1 de Março

2

Educação



José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues reuniram-se com professores na sede do Rato

10

Saúde Assinado contrato de construção do novo hospital de Braga

9

XVI Congresso Nacional do Partido Socialista

27 de Fevereiro a 1 de Março

	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	DATAS LIMITE			
				FEVREIRO	MARÇO		
COMISSÃO NACIONAL - MARCAÇÃO DO CONGRESSO		29					
PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO, REGIMENTO E COMPOSIÇÃO DA COC NO ACÇÃO SOCIALISTA		2					
ENVIO DE LISTAGEM PROVISÓRIA DE INSCRITOS COM AS QUOTAS PAGAS ATÉ 13 DE AGOSTO DE 2008		19					
RECEPÇÃO DE RECLAMAÇÕES DAS LISTAGENS PROVISÓRIAS		2					
ENTREGA DAS CANDIDATURAS A SECRETÁRIO-GERAL E DAS MOÇÕES POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO NACIONAL			16				
PUBLICAÇÃO DAS MOÇÕES POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO NACIONAL			24				
ENVIO DOS CADERNOS ELEITORAIS DEFINITIVOS			30				
PRAZO PARA A RECLAMAÇÃO DOS CADERNOS ELEITORAIS			3				
ENVIO DE CONVOCATÓRIAS PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES			3	4			
ENVIO DAS LISTAGENS DE PAGAMENTO DE QUOTAS					6		
ENTREGA DAS LISTAS DE DELEGADOS					9		
ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DELEGADOS AO CONGRESSO				13	14		
PRAZO DA RECEPÇÃO DA ACTA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES					16		
PRAZO DA RECEPÇÃO DE RECLAMAÇÕES					17	18	
PRAZO DE ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES						19	
EVENTUAL REPETIÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES						20	
ENTREGA DAS MOÇÕES POLÍTICAS SECTORIAIS							23
CONGRESSO NACIONAL							27, 28/2 e 01/03

XVI Congresso Nacional do PS realiza-se de 27 de Fevereiro a 1 de Março de 2009

A próxima reunião magna do Partido Socialista realiza-se nos dias 27, 28 de Fevereiro e 1 de Março de 2009, em local a decidir pela Comissão Organizadora do Congresso (COC) e a divulgar oportunamente, estando as eleições directas para secretário-geral e para delegados ao XVI Congresso marcadas para os dias 13 e 14 de Fevereiro do próximo ano.

MARY RODRIGUES

A COMISSÃO Nacional do PS assim o decidiu na sua mais recente reunião, realizada em Lisboa, no passado dia 29 de Novembro, ocasião em que também aprovou o regimento e o regulamento do próximo Congresso Nacional (ver nas páginas 18 e 19 desta edição), uma proposta de alteração dos estatutos e elegeu o camarada Capoulas Santos para presidente da COC constituída pelos vogais Marques Júnior, Manuela Augusto, Artur Penedos, André Figueiredo, Custódia Fernandes, Carlos Luís, João Paulo Rebelo, Paula Barros, Pedro Vaz, Marta Rebelo e Manuel Seabra.

Estas e outras decisões relativas à vida interna do nosso partido foram divulgadas pelo porta-voz socialista, Vitalino Canas, na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião do órgão máximo partidário entre congressos, na qual comunicou igualmente aos jornalistas que a Comissão Nacional procedeu à aprovação de ligeiras alterações estatutárias, à criação de novas instâncias de gestão financeira e a pontuais modificações na organização do partido no estrangeiro.

Sobre o local em que se realizará o XVI Congresso Nacional, o porta-voz do PS disse que caberá agora à equipa da COC escolher

entre as diferentes propostas que forem apresentadas pelas federações socialistas.

Quanto à actualidade política debatida e analisada na Comissão Nacional, o dirigente socialista adiantou que “o PS enfrentará os desafios de 2009 de acordo com a tradição e linha de rumo”.

“Somos uma referência de estabilidade”, venceu, acrescentando de seguida que “o Partido Socialista sabe o que quer e como consegui-lo”, pelo que “vai prosseguir com a sua estratégia” de relançar a economia mediante a estabilização do sistema financeiro nacional, a protecção das famílias mais carenciadas e das empresas portuguesas e o reforço do investimento público em sectores-chave como a modernização da escola, as energias renováveis e as obras infra-estruturais”.

“Perante uma oposição em turbulência e sem alternativa para enfrentar os desafios que se colocam a Portugal face à crise internacional, o PS permanece unido e prosseguirá o seu rumo com responsabilidade”, declarou.

Ainda no que diz respeito ao impacto no nosso país da crise financeira internacional, Vitalino Canas sublinhou que, “perante as dificuldades a enfrentar, é necessário que Portugal continue a ter um Governo estável e que possa



enfrentar os desafios a que o país está sujeito”.

Questionado pelos jornalistas sobre se José Sócrates tinha reagido a possíveis candidaturas internas à liderança socialista, o porta-voz do PS afirmou que José Sócrates “não está preocupado” se tiver de enfrentar adversários internos.

Já no que diz respeito à área da Educação, fez questão de deixar claro que a ministra da tutela não se encontra isolada politicamente, uma vez que a reforma da avaliação dos professores é assumida pelo primeiro-ministro e pelo Executivo.

“A ministra Maria de Lurdes Rodrigues não está isolada

dentro do Governo. É apenas o rosto de uma reforma que é de todo o Governo”, enfatizou o porta-voz socialista, referindo-se de seguida ao apoio que José Sócrates e a equipa governativa têm dado à actual titular da pasta da Educação.

“O primeiro-ministro já tem demonstrado dar todo o apoio político à ministra e tem assumido esta reforma que está a ser feita na educação, como um processo global que mobiliza todo o Governo”, reafirmou Vitalino Canas.

E fez questão de sublinhar que para o Governo do PS é “inaceitável” a exigência dos sindicatos de que “a avaliação dos professores seja suspensa”.

“Estamos disponíveis para fazer as afinações e os ajustamentos necessários para que o modelo se torne melhor”, disse, criticando logo os representantes sindicais dos docentes por só aceitarem negociar sob a condição da demissão da ministra da Educação e deixando-lhes o desafio de acabarem com a “postura arrogante” de “intransigência” que têm mantido.

Ainda neste ponto, Vitalino Canas apontou para o facto de os sindicatos terem “falhado a promessa de apresentarem um modelo alternativo de avaliação”, acrescentando, a terminar, que “isto confirma que não estão interessados em que haja um modelo de avaliação”.



Conselho do PSE

Sócrates defende prioridade à criação de emprego

A criação de emprego deve ser a prioridade absoluta dos socialistas europeus, no âmbito de um conjunto de políticas que ponham o acento tónico na recuperação da economia e na reforma do sistema financeiro, defendeu o secretário-geral do PS, José Sócrates, em Madrid, no Conselho do Partido Socialista Europeu (PSE), que debateu e aprovou o manifesto desta organização com vista às eleições para o Parlamento Europeu, em 2009.

“A EUROPA precisa de uma resposta global e coerente do centro-esquerda”, considerou o primeiro-ministro, realçando que, “hoje, mais do que nunca, os socialistas europeus têm uma nova oportunidade mas também uma nova responsabilidade”.

“A primeira prioridade é criar emprego, a segunda prioridade é criar emprego e a terceira prioridade é criar emprego. Estas devem ser as prioridades para os socialistas para o próximo ano”, sublinhou.

Segundo referiu José Sócrates, é fundamental que se aumente o investimento público e que o Estado “ocupe o seu papel na recuperação económica”, já que, frisou, “não é possível ficar sentado à espera que a crise passe”.

“Este é o momento para o Estado agir, e agir adequadamente com investimentos. É o momento em que os cidadãos olham para o Estado e querem que o Estado faça algo para recuperar a economia”, disse.

Defendendo a urgência de programas que façam face à grave crise internacional, o secretário-geral do PS, afirmou que “este é o momento de acção” e que todas as medidas

devem olhar para o curto prazo. “As dificuldades serão em 2009 e, por isso, o sentido de urgência deve prevalecer”, disse.

Assim, neste quadro, Sócrates sustentou que a estratégia socialista deve assentar paralelamente na “recuperação e na reforma”, com acções e propostas que sejam implementadas de forma “urgente”.

E reiterou que é necessário “estabilizar o sistema financeiro”, rejeitando “o populismo e a demagogia dos que vêm a ajuda aos bancos como uma ajuda aos bancos e não à economia”.

É que, explicou, “foi decidido ajudar os bancos não a pensar nos accionistas, nos bancos, mas nas empresas, nas famílias e na economia europeia”.

Na sua intervenção, o líder socialista português defendeu ainda a reforma das instituições internacionais como o FMI, Banco Mundial e Nações Unidas, de forma a dar-lhes “mais legitimidade, capacidade de representação e melhores condições para regular a economia mundial”.

A delegação do PS, que acompanhou o secretário-geral, foi



composta pelos dirigentes nacionais Edite Estrela, José Lello e Luís Amado

Socialistas defendem uma Europa mais social

Cerca de 300 membros dos mais de 30 partidos da família socialista reunidos em Madrid aprovaram um manifesto no qual se defende a necessidade de uma Europa mais social. “O Partido Socialista Europeu está comprometido com a criação de uma sociedade mais justa e mais segura, colocando as pessoas em primeiro lugar”, refere o documento, que avança com uma agenda de

reformas centradas nos valores da igualdade, democracia, solidariedade, liberdade e justiça.

No manifesto intitulado “As pessoas primeiro, um novo rumo para a Europa”, os socialistas e social-democratas do Velho Continente consideram que os eleitores terão de optar, nas europeias de 7 de Junho próximo, num quadro de crise financeira internacional, entre a visão de uma Europa progressista, na qual os Estados-membros e as instituições colaboram em conjunto para resolver os problemas, e a posição conservadora de fé cega no mercado.

“Os conservadores dizem que nos devemos adaptar ao mercado e nós

afirmamos que devemos pensar o futuro sem nos conformarmos ou aceitarmos que as crises são inevitáveis”, lê-se no documento.

Entre outros aspectos, o PSE defende também a luta contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos e ainda a redacção de um pacto europeu sobre os salários que garanta um mesmo salário para igual trabalho.

Os socialistas propõem, por outro lado, a criação de uma carta europeia dos direitos da mulher, que tenha como objectivo central a promoção da igualdade de género em todos os aspectos da vida social, económica e política. J.C.C.B.

Primeiro-ministro vai ao México dinamizar relações bilaterais

ESTIMULAR o reforço das relações económicas e culturais entre Portugal e o México é o objectivo central da visita oficial que o primeiro-ministro, José Sócrates, realizará, no próximo ano, a este país latino-americano.

A informação foi avançada pelos chefes da diplomacia portuguesa e mexicana, respectivamente, Luís Amado e Patrícia Espinoza, aquando da conferência de Imprensa conjunta que se seguiu à entrega formal do convite oficial endereçado pelo Presidente Felipe Calderón a Sócrates.

“Acertámos hoje um ambicioso programa de relacionamento para 2009”, adiantou o ministro dos Negócios Estrangeiros português que, tal como a sua homóloga, manifestou “grande expectativa”



em relação à referida visita, em particular pelo facto do chefe de Governo português viajar com uma delegação de empresários.

“Acreditamos que a visita do primeiro-ministro integrando uma comitiva empresarial alertará, sensibilizará e motivará muito mais os empresários portugueses

a olharem para a economia mexicana como uma janela de grandes oportunidades”, disse Luís Amado, sublinhando de seguida a importância que “uma grande economia da América Latina” como é a do México tem para “um país aberto e exportador” como Portugal.

Refira-se que as relações económicas e comerciais entre o nosso país e o México têm crescido bastante nos últimos anos, designadamente devido à aproximação da nação centro-americana à União Europeia.

BANCADA SOCIALISTA REÚNE-SE COM SECRETÁRIO-GERAL

O SECRETÁRIO-GERAL do PS, José Sócrates, reuniu-se no passado dia 10 de Dezembro com a bancada socialista.

Não tendo havido declarações à saída do encontro, o “Acção Socialista” apurou que nele foram analisadas e discutidas matérias de actualidade política nacional, designadamente a questão da avaliação de desempenho dos professores.

Neste ponto, o primeiro-ministro pronunciou-se pela não suspensão do processo, como tem sido reivindicado recorrentemente pelos sindicatos, argumentando que a defesa da escola pública está acima dos interesses de professores e alunos, sendo esse uma matéria respeitante a todos os portugueses.

Na ocasião, José Sócrates referiu-se também à situação financeira internacional para considerar que em momentos como o actual o mais importante é a realização de investimento público, precisamente para contrariar a conjuntura económica recessiva.



PS confirma Estatuto dos Açores

OS DEPUTADOS socialistas vão confirmar em sede parlamentar a lei do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, persuadidos de que o diploma “não afecta nem limita qualquer poder do Presidente da República”.

Para o líder do GP/PS, Alberto Martins, a convicção dos socialistas é de que este diploma não produz “qualquer afectação dos poderes do chefe de Estado”, não estando por isso previsto, disse, que o PS “vá propor qualquer alteração à lei”.

Na opinião do líder da bancada socialista, o veto de Cavaco Silva ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores constituiu “um puro acto político”.

Para Alberto Martins, o que está de facto em causa é uma “divergência de ordem política” relativamente ao entendimento que o Presidente da República tem sobre dois artigos do diploma e o do PS sobre esses mesmos artigos.

Recorde-se que o diploma foi vetado por Cavaco Silva no passado 27 de Outubro, tendo o chefe de Estado posteriormente enviado ao Parlamento uma mensagem onde reiterava as suas objecções ao diploma, nomeadamente, como realçou, em relação a dois artigos, o 114º, respeitante à audição dos órgãos de Governo Regional em caso de dissolução da Assembleia Legislativa, e o número dois do artigo 140º, sobre o processo de revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, que na opinião do Presidente “colocam em sério risco os equilíbrios político-institucionais”.

Alberto Martins afasta totalmente o cenário de conflito entre o PS e Cavaco Silva, insistindo que o que está em causa são meras e normais “divergências políticas”, algo que, como reconheceu, não impediu que o Parlamento em geral, e o PS em particular, tivessem apreciado,



com o cuidado que a matéria exigia e “com sentido de cooperação”, as preocupações manifestadas pelo chefe de Estado.

Preocupações que, segundo o líder do Grupo Parlamentar do PS, “são igualmente partilhadas e comungadas pelos socialistas”, mas que devem ser tratadas no âmbito das divergências “puramente políticas”, algo que assume um carácter de normalidade em democracia – disse –, já que as normas do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, na sua perspectiva, “não põem em causa os poderes do Presidente da República” porque “não os afectam, nem os limitam”.

Na opinião de Alberto Martins, agora que por opção de Cavaco Silva o diploma não foi enviado para o Tribunal Constitucional, o

passo seguinte para que se dê a sua reconfirmação, iniciativa que está agendada para o próximo dia 19 de Dezembro na Assembleia da República, é que a lei obtenha o voto favorável da maioria dos deputados em efectividade de funções.

Açorianos satisfeitos

Entretanto, a confirmação do diploma anunciada pelo GP/PS foi recebida com satisfação na região autónoma governada pelo camarada Carlos César.

Esta é, no entender do líder do PS/Açores, uma decisão “certada” porque “responde a uma manifestação política unanimemente assumida ao nível do parlamento regional e da Assembleia da República”.

Carlos César falava à Imprensa,

em Ponta Delgada, na sequência das declarações de Alberto Martins sobre a atitude que bancada assumirá face a este diploma que já foi alvo de dois vetos presidenciais.

Na ocasião, César manifestou a sua satisfação com a decisão dos deputados socialistas no Parlamento nacional, insistindo na ideia de que esta decisão “não deixa de ter em consideração as questões que foram apresentadas pelo Presidente da República”.

Segundo o governante, houve um “esforço, em termos gerais, de compreensão das questões colocadas” pelo chefe de Estado neste processo.

“Eu creio que esta reconfirmação feita pelo PS do Estatuto dos Açores não deixa de considerar, justamente, que as funções do senhor Presidente da República são inexpugnáveis e que

os poderes presidenciais assumem absoluta centralidade no âmbito do sistema da República”, salientou.

E considerou ainda que a posição assumida pela bancada socialista não deve afectar a “boa cooperação institucional” entre o Governo e o Presidente.

“O valor da cooperação institucional é um valor muito elevado ao qual o PS deve continuar a emprestar o seu contributo”, defendeu Carlos César, acrescentando de seguida que a confirmação do Estatuto revela que o diploma que entrará em vigor é um documento que representa “um progresso muito significativo do ponto de vista do desenvolvimento das competências” atribuídas à região autónoma pela revisão constitucional de 2004. **R.S.A / M.R.**

Orçamento da Madeira não combate assimetrias na região

AS PROPOSTAS governamentais de Plano e de Orçamento regionais para 2009 “não contemplam verbas para a redução das assimetrias sociais na Madeira”, denunciou a bancada parlamentar do PS-M na Assembleia Legislativa Regional, que critica o Executivo de Alberto João Jardim por “fazer política social na região única e exclusivamente à custa do Orçamento de Estado”.

Em recente conferência de Imprensa, o deputado socialista Bernardo Martins lembrou que “a gestão das políticas sociais da região é feita pelo Centro de Segurança Social da Madeira, mas os programas que executa são os financiados pelo Orçamento de Estado, como o Rendimento Social de Inserção, o complemento solidário para os idosos ou os dinheiros de apoio às instituições de solidariedade social”.

“Este Governo, que se proclama social, não

o é efectivamente e nada dá do seu orçamento”, denunciou, adiantando que o PS/M vai apresentar um conjunto de três medidas na área social.

A primeira visa a criação de um programa de combate à pobreza, com a elaboração de um estudo para efectivo apuramento da dimensão do fenómeno na Região e a promoção de políticas de educação e de criação de emprego.

A segunda é a criação imediata de um complemento de apoio aos idosos que recebam pensões de reforma inferiores ao salário mínimo nacional, “à semelhança do que já fez o Governo socialista dos Açores”.

A terceira passa pela a instalação de uma Comunidade Terapêutica na Madeira para a Toxicod dependência.

De referir também que, apesar de Alberto João Jardim já ter dito que da oposição não aprova nada, Bernardo Martins garante que



o PS/M vai levar a plenário as suas propostas de alteração ao Orçamento da Região para 2009 porque é seu dever, como oposição, ser

alternativa, “porque quer resolver os problemas sociais e porque pensa que é possível fazer um orçamento melhor e mais justo”.

Governo aprova apoios de 900 milhões para sector automóvel

Estimular o emprego e a qualificação, apoiar as insuficiências financeiras, impulsionar a modernização tecnológica e promover a procura de automóveis novos, à semelhança do que estão a fazer outros países europeus, são os quatro eixos do plano de apoio à indústria automóvel, orçado em 900 milhões de euros.

ASSINADO no final de uma reunião na semana passada entre o primeiro-ministro e os ministros da Economia e da Inovação e do Trabalho e Solidariedade Social e representantes das empresas do sector, o plano do Governo foi classificado por José Sócrates como “um verdadeiro pacto para o emprego e para a competitividade de um sector que é vital para a economia do país”.

O chefe do Governo referiu que o sector enfrenta “dias difíceis e exigentes”, e para lhes fazer frente, frisou, “é preciso que tenha a flexibilidade e a capacidade para responder a uma diminuição da procura como não acontecia há muitos anos”.

Segundo Sócrates, “esta parceria entre o Estado e o sector automóvel visa em primeiro lugar defender o emprego mas visa também criar as condições para melhorar a competitividade de um sector que dá muito à economia portuguesa”.

Destacando a celeridade das negociações, o primeiro-ministro salientou que “em todo o mundo, em todos os países, está-se à procura de planos para ajudar o sector automóvel. Portugal conseguiu construir este plano num tempo muito curto e a urgência é absolutamente essencial”. É que, adiantou, “os problemas que temos pela frente não se vão fazer sentir em 2010, mas sim já em 2009”.

Na sua intervenção, o primeiro-

ministro elogiou ainda “o espírito de diálogo” existente entre o Governo e os empresários, o que permitiu, sublinhou, construir “com bom espírito de equipa” um plano que responde “de forma articulada, para responder aos problemas em conjunto”.

As medidas do plano, que contemplam ainda formação profissional a 10 mil trabalhadores especializados do sector automóvel, segundo explicou Sócrates, “destinam-se a proteger as indústrias de dois riscos”.

Em primeiro lugar, salientou, “a diminuição da procura e portanto das consequências da diminuição da produção. Queremos que as empresas tenham suficiente flexibilidade, com o instrumento da formação, para que essas reduções da produção não impliquem des-



pedimentos”.

Por outro lado, adiantou, “definimos uma série de instrumentos para ajudar as empresas a recorrer

ao crédito e fazer face às dificuldades de aceder ao crédito”.

O primeiro-ministro destacou igualmente a rapidez das nego-

ciações, que tiveram início a 21 de Novembro.

Já o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, sublinhou que este “é um programa muito grande 900 milhões de euros – mas que se justifica num sector que emprega cerca de 50 mil pessoas em Portugal e que é responsável por cerca de 15% das nossas exportações”. J. C. C. B.

2009 VAI SER MAIS FÁCIL PARA AS FAMÍLIAS

NO DECORRER da assinatura do acordo com a indústria automóvel, o primeiro-ministro referiu-se ainda às perspectivas que se colocam às famílias portuguesas em 2009, sublinhando que estas vão ter mais rendimento disponível no próximo ano, devido a três factores as baixas conjugadas da taxa de juro, do preço dos combustíveis e da inflação.

“As famílias portuguesas podem esperar ter um melhor rendimento disponível em 2009, que advirá da baixa da Euribor e da baixa da taxa de juro. Isso vai aliviar muito as famílias nas suas prestações para pagarem os créditos à habitação, que são hoje uma componente muito significativa das despesas familiares”, disse.

E acrescentou que “as famílias portuguesas podem esperar em 2009 ter uma inflação mais baixa e portanto ganharem poder de compra, como os funcionários públicos, como não ganhavam há muitos anos”.

Por outro lado, Sócrates disse que as famílias “podem também esperar ver as suas despesas reduzidas com a gasolina, fruto da baixa do preço do petróleo, ajuda que se sentirá também ao nível da economia portuguesa”.

Estas três componentes, concluiu, “aumentarão o rendimento disponível das famílias para o ano 2009. É por isso que o principal problema que nós enfrentamos neste momento, e no ano de 2009, será o de defender o emprego e a competitividade das empresas”.

10.000

É o número de trabalhadores do sector automóvel que irão receber formação profissional

24 milhões para revitalização do comércio

A TERCEIRA fase do MODCOM Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio canalizou 24 milhões de euros a fundo perdido para apoiar os 829 projectos aprovados a nível nacional, afirmou, em Santarém, o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor.

Fernando Serrasqueiro, que visitou durante o dia 4 algumas lojas apoiadas pelo MODCOM na cidade de Santarém, sublinhou que “nunca nenhum Governo pôs tantos instrumentos de apoio à disposição do comércio”, de forma a dar condições para a sua “revitalização, modernização ou mesmo mudança de actividade”.

Segundo anunciou, nesta terceira fase do MODCOM vão ser apoiados 829 projectos, que correspondem a um investimento global de 69 milhões de euros, a maioria dos quais, 367, a concretizar na região Norte.



No Centro foram aprovados 218 projectos, em Lisboa e Vale do Tejo 165, no Alentejo 49 e no Algarve 30.

Já no caso do distrito de Santarém, das 45 candidaturas foram aprovadas 32, a que corresponde um incentivo de 900 mil euros.

Por outro lado, Fernando Serrasqueiro deixou também um alerta às autarquias pelas políticas que estão a levar cabo que levam à dispersão das centralidades, apelando a uma perspectiva de “urbanismo comercial”.

Defendendo a criação de “âncoras” nos

“Nunca nenhum Governo pôs tantos instrumentos à disposição do comércio”

FERNANDO SERRASQUEIRO
SECRETÁRIO DE ESTADO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS
E DEFESA DO CONSUMIDOR

centros históricos da cidade, não só de estabelecimentos privados mas também instalando serviços públicos como lojas do cidadão e outros, o secretário de Estado considerou fundamental que haja uma boa articulação entre comércio e habitação e a evolução do comércio tradicional.

Fernando Serrasqueiro sublinhou que os projectos apoiados na terceira fase vão permitir a criação de 1661 postos de trabalho, que se juntam aos 3075 das fases anteriores.

O MODCOM, criado a partir de um fundo constituído pelas contrapartidas pagas pelas grandes superfícies, apoia projectos empresariais autónomos, integrados e estruturas associativas.

De salientar que, pela primeira vez, o sistema permite apoios a jovens empresários e ao comércio rural, com um financiamento público de 1,6 milhões de euros.

AUMENTADO SUPLEMENTO DE CONDIÇÃO MILITAR

O CONSELHO de Ministros do dia 4 aprovou na generalidade uma proposta de lei que consagra um aumento “faseado” do suplemento de condição militar de 14,5 para 20 por cento nos próximos dois anos.

“O diploma visa reconhecer a especificidade da condição militar, trazendo reequilíbrio, recuperação e equidade entre os diferentes corpos do Estado”, afirmou o ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira em conferência de Imprensa, acrescentando que o aumento do suplemento terá um “impacto de 34 milhões de euros na despesa pública ao longo dos próximos dois anos”.

Com esta decisão, “a primeira em mais de dez anos”, as duas actuais componentes do suplemento uma fixa e comum a todos os militares, de cerca de 30 euros, e uma variável, calculada sobre a remuneração base passam a estar “integradas numa prestação única, fixa e mensal, actualizada anualmente, na percentagem em que o sejam os níveis da tabela remuneratória única da função pública”.

Esta medida do Governo será feita “de uma forma faseada, em dois anos”, com os actuais 14,5% do suplemento de condição militar a serem actualizados em Janeiro de 2009 e 2010, chegando aos 20% nesse último ano.

Segundo dados do Ministério da Defesa, em 2010, sem actualizações salariais, “a valorização” deste suplemento representa, por exemplo, “mais 250 euros mensais para um coronel, 163 euros para um sargento-mor, 155 euros para um primeiro-sargento e 47 euros para um soldado”.

O DIPLOMA que fixa o salário mínimo nacional para 2009 em 450 euros mensais, dando cumprimento ao acordo estabelecido em sede de concertação social há dois anos, foi aprovado em Conselho de Ministros.

“Este decreto-lei vem fixar em 450 euros o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para 2009, prosseguindo a trajectória de crescimento iniciada em 2007, na sequência do acordo sobre a fixação e evolução da RMMG celebrado, em Dezembro de 2006, pelo Governo e pelos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social”, refere o comunicado do Conselho de Ministros do dia 27 de Novembro.

O acordo sobre o salário mínimo prevê que esta remuneração mínima passe dos actuais 426 euros para os 450 em Janeiro de 2009 e para os 500 euros em 2011.

Novo estabelecimento prisional Alentejo Norte/Elvas

No âmbito da reforma do parque prisional que prevê um investimento de 450 milhões de euros, o Governo aprovou uma resolução para a construção do novo estabelecimento prisional Alentejo Norte/Elvas.

“Queremos dar garantias de melhor segurança, aumentar a capacidade de reclusão, dar

Salário mínimo será de 450 euros em 2009



melhores condições para quem lá trabalha e dignidade aos reclusos”, afirmou o secretário de Estado da Justiça, Conde Rodrigues, a propósito do programa de modernização do parque prisional.

Assim, salientou, entre 2008 e 2013 será realizado um investimento de 450 milhões de euros na construção de 10 novos estabelecimentos prisionais e na remodelação de outros três estabelecimentos.

Conde Rodrigues, que falava na conferência de Imprensa realizada no final da reunião do Conselho de Ministros do dia 27, lembrou a este propósito que, além da construção do novo estabelecimento prisional

Alentejo Norte/Elvas, já foram também aprovadas as obras de construção das novas prisões de Angra do Heroísmo, Almeirim e Grândola.

Relativamente ao novo estabelecimento prisional Alentejo Norte/Elvas, que representará um investimento superior a 25 milhões de euros, terá capacidade para um total de 300 reclusos e 200 funcionários.

Modernização do Arsenal do Alfeite

Com vista a modernizar e tornar mais eficiente a actividade de manutenção e reparação naval dos navios da Marinha, o Governo aprovou o diploma que extingue

o Arsenal do Alfeite criado em 1937 e o decreto-lei que cria a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que passará a gerir a manutenção e reparação dos navios da Marinha.

Esta sociedade será dotada de “um modelo de funcionamento empresarial, mais adequado à prossecução dos seus objectivos de relevante interesse nacional e eficiente aproveitamento dos recursos disponíveis”.

Foi igualmente aprovado o diploma que constitui a Arsenal do Alfeite, SA, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, e aprova os respectivos estatutos.

No comunicado do Conselho de Ministros é ainda sublinhado que através da empresarialização do Arsenal do Alfeite “pretende promover-se a criação de uma unidade económica devidamente apetrechada, capacitada e dimensionada para responder às necessidades de sustentação técnica e logística dos navios da Marinha, com especial vocação para a respectiva manutenção, de acordo com os mais actuais padrões tecnológicos internacionais”.

O ministro da Defesa, Severiano Teixeira sublinhou que a modernização do Arsenal do Alfeite, um projecto avaliado em 70 milhões de euros, vai implicar um corte no efectivos dos estaleiros, mas garantiu que os trabalhadores terão alternativas de emprego asseguradas.

MIL MILHÕES DE EUROS PARA APOIAR INVESTIMENTO NA AGRICULTURA

ATÉ à Páscoa do próximo ano serão aprovados mil milhões de euros de apoios ao investimento no sector agrícola, anunciou o ministro da Agricultura, Jaime Silva, em declarações feitas à margem da cerimónia de comemoração dos dez anos do Clube de Produtores da Sonae Distribuição, no Porto, ocasião na qual defendeu que a actual crise internacional constitui uma “oportunidade” para os agricultores portugueses.

“Estamos perante uma crise europeia e internacional que é uma oportunidade, porque a agricultura é dos poucos sectores de actividade onde a crise chega menos, uma vez que o ser humano precisa de se alimentar”, sustentou o governante, para quem esta etapa difícil do panorama financeiro global criará condições para que Portugal passe a produzir o suficiente para as suas necessidades de consumo e para exportar.

Sublinhando a necessidade de dar “mais dimensão e qualidade à produção da agricultura portuguesa”, Jaime Silva anunciou que irá aprovar mil milhões de euros de apoio a investimentos nesse sentido.

“O objectivo é dar aos agricultores a dimensão de empresários, particularmente em fileiras estratégicas a nível nacional, como as hortofrutícolas”, explicou.

Como exemplo positivo da evolução em algumas fileiras da agricultura portuguesa, o ministro apontou o caso do azeite, recordando que, “há três anos, 50% do azeite consumido no nosso país era importado, ainda que com marcas de nomes nacionais”.

Depois de avançar que no prazo de mais três anos Portugal poderá ser auto-suficiente nesta área, o titular da pasta da Agricultura advogou ser preciso “dar mais saltos qualitativos”, afirmando que para esse efeito “existe mercado, capacidade produtiva e apoios”.

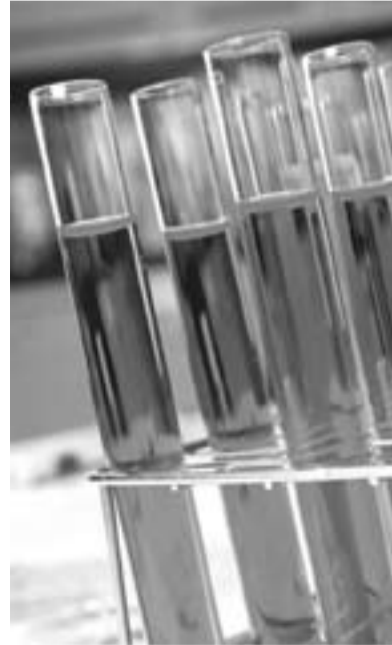
Teste da Sida vai ser gratuito no SNS

OS TESTES da Sida (VIH1 e VIH2) vão passar a ser gratuitos para todos os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O anúncio de mais esta medida do Governo foi avançado pela ministra da Saúde, no Dia Mundial da Sida, na Amadora, afirmando Ana Jorge que em Portugal já se realizam em média por ano mais de um milhão de testes.

A par desta iniciativa, a titular da pasta da Saúde anunciou ainda o reforço da capacidade de diagnóstico precoce do vírus, particularmente junto dos “grupos mais vulneráveis”, pelo que vão ser disponibilizadas cinco unidades móveis “uma por cada administração regional de saúde”, de forma a assegurar um acesso universal ao diagnóstico da infecção.

Ana Jorge falava durante uma sessão promovida pela Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável, associação que há mais de dez anos desenvolve um projecto designado por “Viver com o VIH”, iniciativa que é financiada



pelo programa ADIS/SIDA, do Ministério da Saúde.

Para além destas medidas, a ministra da Saúde declarou ainda que os cheques-dentistas do SNS, no âmbito do Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral, vão

passar a beneficiar igualmente os doentes infectados com VIH, medida a que se juntará o lançamento de centros de terapêutica combinada, que vão abranger, “os diferentes programas para infectados com o vírus” e que, em simultâneo, lembrou, “são utilizados de drogas em substituição opiácea”.

Para as mães portadoras da infecção pelo VIH, o Ministério da Saúde vai, por outro lado, proporcionar que os bancos de leite a criar nos hospitais públicos, assegurem, através das farmácias hospitalares, “e no mínimo por um período de 12 meses”, com prescrição médica, o fornecimento de leite gratuito.

Finalmente Ana Jorge garantiu ainda a abertura de um concurso específico para projectos de investigação em infecção VIH/Sida, disponibilizando o Estado para este efeito uma quantia que poderá rondar um milhão de euros. **R.S.A.**

Socialistas e independentes discutem reforma do sistema eleitoral

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) organizou na manhã do passado dia 4 de Dezembro na sala do Senado, na Assembleia da República, uma conferência parlamentar sobre a reforma do sistema eleitoral.

Para Alberto Martins, a discussão merecerá por parte do PS e do seu Grupo Parlamentar uma reflexão séria e aprofundada que conduzirá posteriormente, como garantiu, à “elaboração de um projecto de lei consistente” a apresentar “logo que as condições políticas o propiciem”.

A CONVITE Alberto Martins, em nome do grupo parlamentar socialista, André Freire, Manuel Meirinho e Diogo Moreira apresentaram na sala do Senado na Assembleia da República uma proposta de reforma do sistema eleitoral, elaborada a pedido do GP/PS e que se encontra editada em livro.

Para além de Alberto Martins, participaram ainda neste encontro personalidades como o deputado Vitalino Canas, presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, os professores universitários do ISCTE e autores do projecto de reforma eleitoral, André Freire, Manuel Meirinho e o investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Diogo Moreira.

Este colóquio contou ainda com as participações de Manuel Braga da Cruz, reitor da Universidade Católica de Lisboa, Marina Costa Lobo, investigadora do Instituto de Ciências Sociais, António Araújo, jurista e do professor Vital Moreira, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Logo na abertura dos trabalhos, Alberto Martins lembrou que na proposta de estudo do sistema eleitoral que, em nome da direcção do GP/PS, pediu ao professor André Freire para elaborar, apenas uma única exigência lhe era feita: que fosse mantida a arquitectura do sistema eleitoral vigente, especificamente no que se refere ao nível de proporcionalidade, e da governabilidade do sistema.

A aceitar-se alguma alteração, disse, ela terá que ponderar em qualquer caso, pela necessidade de potenciar um maior conhecimento e responsabilização dos eleitos pelos eleitores e de melhorar a qualidade da representação parlamentar.

Para Alberto Martins, a qualidade de uma democracia não se mede só pela credibilidade do espaço público ou pelo reforço da autoridade democrática. Mede-se, disse, igualmente, pela “modernização dos sistemas eleitorais” que podem proporcionar, entre outros factores, um alargamento dos mecanismos proporcionando uma mais larga e justa participação dos cidadãos.

O que o Partido Socialista pre-

tende, garantiu o seu líder parlamentar, é apresentar num futuro tanto quanto possível breve, um projecto de lei que seja capaz de garantir um equilíbrio virtuoso entre governabilidade, proporcionalidade e qualidade da representação.

Em Portugal, defendeu ainda Alberto Martins, não há, nem um problema de governabilidade, apesar de reconhecer, que “a dimensão de alguns círculos eleitorais podem colocar algumas dificuldades”, nem tão-pouco “desvios significativos à proporcionalidade consagrada na Constituição da República”.

Onde, porventura, poderão existir alguns problemas, acrescentou, é em torno da “questão da representação política”, sector onde já foram detectados alguns “sinais de quebra de confiança nas instituições democráticas”, o que pode conduzir a uma “progressiva redução da identificação dos portugueses com o sistema partidário e a um alheamento mais profundo ao nível da representatividade da instituição parlamentar”.

Dizendo-se consciente da crítica em relação à chamada solução mista dos círculos uninominais, coexistindo com o círculo nacional, “como devedora de uma lógica localista e clientelar, indutora de uma bipolarização artificial”, Alberto Martins não deixa contudo de sublinhar que começa a assumir um carácter de alguma urgência encontrar uma nova solução de círculos eleitorais plurinominais que seja capaz de assegurar uma melhor representação dos cidadãos e aproximar eleitos e eleitores.

Foi com o espírito de acertar o passo com a modernidade e tendo por base este conjunto de pressupostos que o PS, disse Alberto Martins, pediu a três professores universitários que elaborassem uma proposta de estudo do sistema eleitoral.

Aperfeiçoamento da democracia

Na perspectiva do deputado Vitalino Canas, a reforma eleitoral tem sido dos temas mais debatidos no âmbito da reforma política nos últimos anos.

Contudo, apesar de uma aborda-



gem recorrente sobre a reforma da lei eleitoral, o assunto não parece ter convencido, disse ainda o deputado socialista, “antes pelo contrário”, a maioria dos intervenientes da bondade ou da necessidade de uma alteração radical do modelo que temos.

E isto porque, na sua perspectiva, apesar de algumas deficiências, “o sistema eleitoral existente serviu para lançar e consolidar a democracia e para reforçar e consolidar o sistema partidário”.

Se o nosso sistema partidário pode ser considerado como estando tendencialmente cristalizado e resistente ao aparecimento de novos partidos, disse ainda Vitalino Canas, “isso certamente que não se deve nem tão pouco poderá ser imputado ao sistema eleitoral”.

Quanto ao estudo apresentado pelos académicos do ISCTE, Vitalino Canas dividiu a sua intervenção em duas áreas distintas. Uma em que apoia as medidas apresentadas e uma segunda onde salienta as suas dúvidas e até algumas divergências.

Para o deputado do PS e presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, é positivo que o estudo não aponte para uma diminuição do nível de proporcionalidade e de governabilidade, assim com é positivo que tenha sido apresentada a moção de censura construtiva, “enquanto solução que vem reforçar as condições de governabilidade em circunstâncias de coligações negativas” incapazes, essas sim, de construir alternativas de Governo e de acção política. No entanto, o porta-voz do PS lembra que neste último caso existe a necessidade de recorrer à revisão da Constituição.

Entre as dúvidas que disse ter em relação a este estudo, Vitalino Canas frisou ter sérias interrogações sobre a possibilidade da evolução para uma democracia “consociativa” em Portugal, recordando que as coligações hoje no país “são mais

difíceis do que há uma ou duas décadas”.

Por fim mostrou-se divergente em relação a quatro ou cinco pontos do estudo, sublinhando, designadamente, que lhe parece “inconveniente” que uma qualquer reforma eleitoral dependa, em alguns dos seus aspectos importantes, de revisão constitucional ou ainda que a solução proposta aponte para um boletim com dez ou 15 listas de nomes, mais os partidos concorrentes no círculo nacional, o que fará, em sua opinião, com que o eleitor tenha de descobrir em que partido quer votar, e neste caso duas vezes, e qual o candidato que quer privilegiar dentro de uma lista de vários dezenas de candidatos.

Como advertiu, um eleitorado com níveis culturais e académicos ainda reduzidos teria dificuldade em se adaptar e gerir o boletim no dia da votação, havendo uma alta possibilidade de manifestações de vontade incorrectamente expressas, ou de votos nulos, mesmo depois da participação em vários actos eleitorais.

Propostas para uma reforma eleitoral

O estudo coordenado por André Freire visa atingir um conjunto de objectivos que passam, nomeadamente, por manter os actuais níveis de proporcionalidade e de governabilidade do sistema eleitoral, reduzir de 230 para 229 o número de deputados, de forma a “impedir empates entre o Governo e a oposição”, criar um círculo nacional sobreposto aos actuais círculos de base distrital, de modo a gerar um sistema com dois níveis territoriais de círculos eleitorais, manter na base os círculos plurinominais, com eleição proporcional dos deputados, abandonando a ideia de círculos uninominais e de eleição maioritária. A proposta aponta ainda para uma redução da média de deputados a eleger

nos círculos primários (distritais), de modo a “tornar mais visíveis e identificáveis” os candidatos e os deputados eleitos.

Com base nestes princípios, a proposta aponta para uma redução substancial do número de deputados a eleger nos círculos distritais, quer por efeito da criação do círculo nacional, quer pela divisão dos actuais distritos com maior número de deputados.

Por outro lado, aponta-se para a manutenção como base dos círculos primários a actual divisão distrital, com a agregação dos círculos menores localizados no interior do país, e desagregação dos círculos maiores, situados em Lisboa, Porto, Braga e Setúbal.

Criar-se-ia, por outro lado, um círculo nacional com 109 deputados, e introduzir-se-ia uma cláusula-barreira de 1,5% no referido círculo nacional para impedir uma “excessiva fragmentação partidária no parlamento”, sendo ainda introduzidos dois votos, um no círculo primário, outro no círculo nacional, podendo o eleitor exercer o voto diferenciadamente em partidos distintos.

Para Manuel Braga da Cruz, esta proposta, em relação a uma outra de 1998, melhora a aproximação do eleito aos eleitores, “por via da introdução do duplo voto eficaz”, e ainda pela introdução de “listas fechadas mas não bloqueadas”.

Mas se reforça a proporcionalidade, “dificulta a governabilidade”. O reitor da Universidade Católica considera que se a proporcionalidade é reforçada por via da “introdução do círculo nacional de compensação”, sem prejudicar grandemente a mesma proporcionalidade nos círculos locais, uma vez que o método de Hondt é substituído pelo de Hare, já quanto à governabilidade esta é uma proposta, que vem “dificultar que os grandes partidos possam ter maioria absoluta”, apontando mais para a constituição de coligações. R.S.A.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

Portugal é hoje o 3º país da União Europeia no ranking da disponibilidade dos serviços públicos online

MANUELA FERREIRA LEITE E OS RANKINGS

PERCEBE-SE que Manuela Ferreira Leite (MFL) e o PSD adoptaram, recentemente, uma estratégia poderosa de comunicação, baseada no posicionamento de Portugal em rankings internacionais nas mais diversas áreas. Só nos últimos dias falou do Euro Health Consumer Index, do Inquérito Social Europeu e do Global Competitiveness Report (GCR) do World Economic Forum (WEF).

Não contesto esta forma de comunicação que, embora totalmente legítima, é também igualmente redutora. É, evidentemente, possível lermos apenas



o resultado final de um ranking mas, sem fazermos uma análise detalhada do seu conteúdo, da metodologia utilizada e dos indicadores que o compõem, pode ser perigoso e dar sinais afastados da realidade, inquinando a definição de políticas públicas no sentido de se ultrapassar os problemas. Dada a forma superficial, demagógica, destrutiva e irresponsável com que MFL e a direcção do PSD têm encarado a luta política e partidária, suspeito bem que se tenham reduzido a ler o score final! Obviamente!

Vejamos o exemplo do GCR do WEF usado por MFL e pelo seu secretário-geral na Assembleia da República para sustentar a tese de que Portugal está menos competitivo pelas 18 posições que desceu em relação à edição de 2004. Pois bem, importa sublinhar que MFL se esqueceu de dizer muita coisa em relação a este relatório, nomeadamente que na edição deste ano foram considerados 134 países, mais 32 do que aqueles que foram considerados na edição de 2004, sem falar na utilização de uma metodologia muito diferente da usada em 2004.

Ainda assim, neste ranking, MFL esqueceu-se também de dizer que Portugal ocupa hoje, entre 134 países, a 9ª posição no tempo necessário à criação de um negócio. Também evitou dizer que Portugal, entre 134 países, tem hoje a 5ª taxa mais favorável no que respeita ao peso das tarifas no comércio internacional. Não referiu igualmente que Portugal é o 22º, em 134 países, no nível de investimento em qualificações.

Os rankings dão-nos, de facto, importantes sinais mas não podem ser usados com a ligeireza com que o PSD o tem feito. Não podemos olhar apenas para o resultado final sem percebermos o que está por detrás do indicador compósito inventado. Por exemplo, a Islândia, neste mesmo ranking de competitividade está hoje em 20º lugar e em 2004 era o 8º. Mais: no Índice de Desenvolvimento Humano organizado pelas Nações Unidas, a Islândia está hoje em 1º lugar numa lista de 177 países. E perceber-se-á facilmente o porquê de se dar aqui o exemplo da Islândia!

Mas já que estamos em época de rankings, espero que MFL não se esqueça que Portugal é hoje o 3º país da União Europeia no ranking da disponibilidade dos serviços públicos online (em 2004 era o 14º), é o 18º, em 198 países, no ranking de Governo Electrónico organizado pela Universidade de Brown (em 2004 era 89º), é o 34º (em 181 países) no processo de "Abertura de uma empresa" medido pelo Banco Mundial (era 113º em 2005) e o 14º da UE27 no "The Lisbon Review 2008" do World Economic Forum (WEF) que mede os progressos realizados nos objectivos estratégicos definidos pela Estratégia de Lisboa (em 2004 era o 17º). Não quererão estes exemplos dizer que Portugal está hoje mais competitivo do que era em 2004?

50 milhões para apoio à restauração



UMA NOVA linha de acesso ao crédito para as empresas de restauração, no valor global de 50 milhões de euros, foi disponibilizada pelo Turismo de Portugal. O objectivo é incentivar projectos de investimento, de qualificação e modernização dos estabelecimentos.

A linha de crédito "Restauração" permite às Pequenas e Médias Empresas (PME) obterem financiamento em condições mais

favoráveis, até um máximo de 200 mil euros, a uma taxa correspondente à Euribor a três meses de menos 0,5%, por um prazo de quatro anos, que pode ir até aos cinco anos, no caso das empresas qualificadas com o Estatuto de PME Líder.

Todas as operações de crédito aprovadas ao abrigo desta linha beneficiam de garantia até 50% do capital em dívida, emitida por

uma Sociedade de Garantia Mútua (SGM).

Este financiamento integra-se na Linha de Crédito PME Investe II, que foi objecto de celebração de protocolo entre as autoridades de gestão do QREN (Programa Operacional Factores de Competitividade e Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve), as Instituições de Crédito e as SGM.

Apoio às PME

Grande objectivo em 2009 é salvar e manter empregos

NO ACTUAL cenário de grave crise internacional, a principal prioridade do Governo ao longo do próximo ano vai ser salvar e manter empregos, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, acrescentando que "isso é absolutamente essencial, porque quando recuperarmos temos de ter as pessoas empregadas e temos de ter as empresas ainda em actividade".

Sócrates falava no dia 4, no Centro Cultural de Belém, durante a cerimónia de assinatura de protocolos para linhas de crédito bonificado às pequenas e médias empresas (PME) no valor total de 1600 milhões de euros, dos quais 200 milhões são destinados às empresas exportadoras do sector automóvel.

Tendo ao seu lado o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, o chefe do Governo voltou a defender a necessidade de uma maior intervenção do Estado na actual conjuntura económica.

"Todos sabem o quanto é fácil destruir e o quanto é difícil voltar a construir. É por isso que o dever é fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para construir melhores



soluções em conjunto com as empresas", disse, perante uma plateia de empresários e responsáveis do sector da banca.

Além da preocupação com a estabilização do sistema financeiro, José Sócrates sublinhou que é objectivo do Governo "procurar ajudar as empresas e todos os sectores da economia nacional, através de um reforço do investimento público".

"Temos de enfrentar as dificuldades que, já é certo, vamos ter em 2009. Por isso, resolver o problema

do acesso ao crédito é essencial para responder às dificuldades" considerou, acrescentando que é preciso agir "com sentido de urgência".

E garantiu que "grande parte daquilo que o Estado fizer agora, quer através de linhas de crédito para as empresas, quer para o reforço do investimento público, pode ser a diferença para muita gente entre ter ou não ter emprego, entre ter ou não ter empresas em actividade".

Assinado contrato de construção do novo Hospital de Braga

HÁ MOMENTOS na vida de uma nação em que o papel do Estado pode e deve assumir uma relevância particular no quotidiano da sua população.

Esta a convicção salientada pelo primeiro-ministro, quando na passada semana José Sócrates se deslocou a Braga para assinar o contrato de construção do novo hospital daquela cidade minhota.

Para o chefe do Governo, é em alturas em que as crises internacionais mais se fazem sentir, “que maior intervenção e desempenho se exige ao Estado”, garantindo a este propósito que o Governo português “vai reforçar o investimento público em 2009”.

Para além de ter o dever de ajudar a estabilizar o sistema financeiro, o Estado, na opinião do primeiro-ministro, “deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance” no sentido de relançar a economia, contribuindo deste modo, como salientou, para “ajudar as famílias e as empresas a vencer a crise”, uma vez que nem umas nem outras “têm efectivamente condições para investir”, cabendo por isso esse papel ao Estado.

É em momentos difíceis como aqueles que estamos a atravessar, acrescentou ainda Sócrates, que os cidadãos e as empresas se viram para o Estado pedindo-lhe que reforce o investimento, precisamente por considerarem “que é decisivo para que as dificuldades possam ser ultrapassadas em 2009”, razão mais do que suficiente, defendeu, para que o



Estado “não fique sentado a ver sem nada fazer”.

Respondendo a algumas críticas, José Sócrates aproveitou a ocasião para salientar que a prioridade inicial do Governo português, logo que se fizeram sentir os primeiros sinais da crise financeira internacional, foi estabilizar o sistema financeiro, “pois haveria consequências terríveis para a nossa economia”, disse, caso nada se tivesse feito, frisando que

as medidas que tomou foram em nome da defesa das famílias e das empresas, e não, “como as oposições e certos críticos do Governo quiseram fazer crer, “a pensar nos banqueiros ou nos accionistas”.

O aval do Estado, destacou ainda o primeiro-ministro, permitiu que os bancos tivessem dinheiro para emprestar, recordando que “sem crédito não há economia a funcionar”.

Mas todo este apoio estatal à

economia assim como todo o investimento público para 2009 já anunciado só é possível, salientou ainda José Sócrates, graças “à redução e ao combate que este Governo iniciou, logo que tomou posse em 2005, ao défice das contas públicas”.

Para Sócrates “não há tempo a perder” e todas as ajudas e iniciativas que possam auxiliar a enfrentar as dificuldades que se colocam ao nosso desenvolvi-

mento económico e social “são bem vindas”, garantindo que é com mais investimentos públicos, como aquele que vai ser feito no novo Hospital de Braga, que se criam mais empregos e se fortalecem as PME’s.

O novo equipamento hospitalar de Braga, a construir na Freguesia de Gualtar, junto ao pólo da Universidade do Minho, e que deverá estar concluído no final de 2011, será, na opinião do primeiro-ministro, um projecto “de importância nacional”, e, para além de passar a servir as populações de Braga e de Viana do Castelo, terá ainda a valência de hospital universitário, algo que José Sócrates fez questão de salientar referindo que a nova unidade “servirá de referência a um moderno serviço nacional de saúde”.

De forma subliminar José Sócrates acabou por confessar que tenciona recandidatar-se nas legislativas de 2009, quando disse que esperava “não se reformar da política antes do novo Hospital de Braga estar construído”, algo que, como ficou dito, deverá acontecer até ao final de 2011.

Para além do primeiro-ministro, estiveram presentes nesta cerimónia a ministra da Saúde, Ana Jorge, o governador civil de Braga, Fernando Moniz, o presidente da Câmara Municipal de Braga, Mesquita Machado, e o administrador da José de Mello Saúde, empresa que vai gerir a nova unidade hospitalar, Salvador de Mello. **R.S.A**

Novo Hospital de Amarante estará em funcionamento em 2011

A MINISTRA da Saúde, Ana Jorge, garantiu que o novo Hospital de Amarante, orçado em perto de 38 milhões de euros e com uma capacidade para aproximadamente 60 camas, estará concluído no início de 2011.

Ana Jorge falava numa cerimónia que serviu para oficializar o co-financiamento comunitário do novo hospital, no montante de 18 milhões de euros, verba que será canalizada ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O novo Hospital de Amarante será construído na freguesia de Telões, num terreno adquirido pelo município à Santa Casa da Misericórdia, e está já classificado como um “moderno hospital de proximidade”, prevenindo-se que possa funcionar em articulação com o Hospital Padre Américo, em Penafiel, passando ambos a perfazer, o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa.

Como frisou a titular da pasta da Saúde, a um hospital de proximidade, exige-se, entre outras características, a agilização das consultas e dos meios complementares de diagnósti-



co e terapêuticos, diminuição dos tempos de espera, assistência individualizada e integrada, alternativas à hospitalização clássica, designadamente servindo como hospital de dia dando prioridade, nomeadamente, a práticas médicas como a cirurgia de ambulatorio, focagem da atenção no doente e seus familiares, funcionamento durante todo o dia, com consultas, medicina física e de reabilitação.

O novo Hospital de Amarante, reunirá estas especificidades, e será instalado num moderno edifício, onde sobressairá a inovação associada às novas tecnologias, facto que tornará possível, nomeadamente, a telemedicina e a utilização dos modernos meios de diagnóstico, a par da introdução de novas especialidades como pneumologia, neurologia, endocrinologia, gastroenterologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, estomatologia, urologia e cirurgia plástica, numa concentração de serviços que permitirá, como garante Ana Jorge, um melhor aproveitamento e rentabilização dos recursos humanos. **R.S.A**

Avaliação é questão central e nacional

A avaliação de desempenho dos docentes é uma questão do partido, do Governo e dos portugueses em geral, não podendo ser encarada como um problema sectorial. Esta foi a mensagem central deixada pelo primeiro-ministro e líder do PS, José Sócrates, numa reunião interna com professores socialistas e a actual equipa do Ministério da Educação, realizada na sede nacional do Largo do Rato, no passado dia 29 de Novembro.

MARY RODRIGUES

NA OCASIÃO, o secretário-geral do PS fez questão de sublinhar que não está disposto “a esperar mais 30 anos” até que seja aplicado um modelo de avaliação dos professores, explicando que aquela iniciativa visava “dar a conhecer o ponto de vista do Governo na controvérsia sobre a avaliação” e, ao mesmo tempo, “ouvir as razões daqueles que discordam connosco” nesta matéria.

Ao lembrar que “a educação é vital num projecto socialista”, José Sócrates frisou que “a avaliação de professores é, de facto, essencial para o sucesso económico do país”, mas é também crucial para “qualificar o nosso sistema de ensino, valorizar a condição social dos docentes e o seu estatuto e garantir igualdade de oportunidades para todos”.

Numa breve e ponderada alusão à agitação social desencadeada em torno desta temática, o primeiro-ministro afirmou convicto: “Nós também gostamos de tranquilidade, mas a tranquilidade tinha um preço – o abandono escolar que contou 500 mil numa só década”.

A seguir falou sobre o Memorando de Entendimento que “os sindicatos rasgaram sem pudor e

sem quaisquer explicações, pondo em causa, com essa atitude, a sua credibilidade”, para depois referir que “todos os métodos de avaliação são falíveis e passíveis de serem aperfeiçoados pelo procedimento de tentativa-erro-tentativa”.

“Porque o pior mesmo é não haver avaliação”, afirmou.

Quanto à posição do Executivo, José Sócrates fez questão de recordar a disponibilidade para o diálogo e para a solução dos problemas detectados que a equipa do Ministério da Educação tem evidenciado.

“Os problemas foram diagnosticados e avançadas respostas para eles, fazendo-se, inclusivamente, alterações e rectificações na aplicação do modelo de avaliação”, lembrou.

Na sala da sede nacional onde costuma reunir a Comissão Política, perante mais de centena e meia de professores vindos de todos os distritos do país, o líder socialista criticou a atitude “intransigente” dos sindicatos, lamentando que estes estejam “demasiado preocupados com politiquice”.

“Um Governo que vai a negociações a pensar que tem de resolver os problemas antes das eleições já perdeu”, declarou Sócrates, para quem não há razões



para recuar “na determinação de avançar com a avaliação de professores”.

Convicto de que a tranquilidade dos portugueses passa essencialmente por saber que o Governo que elegeu não é nem será refém de quaisquer corporações, José Sócrates reafirmou a disponibilidade do Executivo e da equipa do Ministério da Educação para dialogar “com todos aqueles que realmente queiram fazê-lo”, visando uma melhoria efectiva do sistema de ensino,

“mas não com aqueles que nos querem dizer quem governa”.

No período de debate, no qual participaram cerca de três dezenas de intervenientes, José Sócrates, a ministra Maria de Lourdes Rodrigues, os secretários de Estado Jorge Pedreira e Valter Lemos, bem como os camaradas Joaquim Raposo e Jesuína Ribeiro, que se encontravam na mesa, ouviram estimulantes palavras de apoio à política educativa implementada pelo Governo do PS, de concordância com a necessidade

da avaliação de desempenho docente e de apelo a uma maior contenção nas declarações para fomentar um diálogo com verdadeiras alternativas.

Também mereceu o consenso da numerosa assistência a ideia expressa por vários professores-ouvintes sobre a necessidade de trazer os profissionais do ensino à mesa das negociações, de recuperar parceiros e de fazer uma campanha de sensibilização da opinião pública sobre esta matéria.

Educação

Ministra reitera que uma avaliação séria melhorará a escola

A MINISTRA da Educação afirmou no Parlamento estar disponível para alterar e até substituir o actual modelo de avaliação dos professores em vigor, mas apenas no próximo ano lectivo. Até lá, reiterou, os docentes terão mesmo de ser avaliados de acordo com as regras actuais e que já foram, por sua vez, simplificadas, porque “só uma avaliação séria melhorará a escola”.

“Não podemos usar a defesa de modelos perfeitos para impedir o que existe de ser aplicado”, disse.

É que, explicou Maria de Lourdes Rodrigues, só aplicando a avaliação se poderá ter a noção do que é necessário corrigir ou substituir, sublinhando que não tem “preconceitos” com o modelo, nem é “intransigente” na sua defesa.

“Uma vez iniciada este ano uma verdadeira avaliação de desempenho dos professores estarei totalmente aberta a que se estudem todas as melhorias e revisões desse modelo,

ou mesmo a sua substituição por outro que cumpra os objectivos propostos, mas para aplicar nos anos lectivos seguintes, não neste”, afirmou a ministra, durante um debate de urgência no dia 4 na AR sobre a avaliação de desempenho dos docentes pedido pelo Bloco de Esquerda.

A titular da pasta da Educação garantiu ainda que a suspensão do actual modelo, como pedem os sindicatos, apenas significaria mais um ano com uma avaliação sem consequências, considerando que “só o conservadorismo, tanto à esquerda como à direita, ficaria contente com uma suspensão que não serve as escolas nem os professores que querem e merecem progredir na carreira e ver o mérito reconhecido e incentivado”.

E sublinhou que não é “intransigente na defesa do modelo em vigor, mas apenas na defesa do princípio de uma avaliação séria e com consequências”, acrescentando: “Não me peçam para aceitar um modelo que assen-

ta na auto-avaliação porque isso é apenas um modo disfarçado de nada propor”.

Maria de Lourdes Rodrigues rejeitou a ideia de que é intransigente na defesa do modelo de avaliação, sublinhando que é “intransigente, sim, na defesa do princípio de uma avaliação séria e que tenha consequências na carreira dos avaliados”, porque, frisou, isso “melhorará a escola” e ainda porque acredita que “estes princípios são defendidos e aplicados em muitos países que têm melhores práticas e melhores resultados na educação que nós”. Por isso, reiterou, “não posso aceitar a suspensão deste modelo”.

Durante o debate, Maria de Lourdes Rodrigues disse que antes das alterações introduzidas recentemente pelo Governo o modelo “era mais burocrático do que devia, provocando uma sobrecarga de trabalho às escolas e aos professores”, uma situação que considerou estar resolvida com as medidas de simplificação entretanto anunciadas.

Reiterando que há disponibilidade do Ministério para “discutir tudo”, a ministra salientou que, independentemente do modelo, há três princípios de que não abdica: que a avaliação seja um instrumento de melhoria da escola pública e seja organizada dentro da escola; que seja integral, “dando conta da complexidade da actividade docente”; e que permita distinguir e diferenciar, através de um mecanismo de quotas

Na sua intervenção, Maria de Lourdes Rodrigues disse ainda estar “completamente disponível” para melhorar o modelo de avaliação para o futuro, mas não para se resignar “com uma situação em que não acredito nem para voltar para trás”.

E alertou que “quem quiser conduzir essa movimentação de reacção à mudança, saiba que tem em mim uma opositora determinada”, mas, por outro lado, “todos os que quiserem avançar, ultrapassar os obstáculos e fazer, têm em mim uma aliada”. J.C.C.B.

Programa do Governo açoriano consolida finanças regionais

MANTER uma menor carga fiscal para os contribuintes das ilhas e consolidar o equilíbrio das finanças públicas regionais são os objectivos centrais da proposta de Programa do Governo açoriano, entregue no passado dia 3 de Dezembro na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

No documento, o Executivo liderado pelo camarada Carlos César compromete-se a consolidar uma situação de equilíbrio orçamental das finanças públicas mediante um crescimento de receitas próprias superior às despesas de funcionamento.

O Governo de Carlos César propõe-se também assegurar o cumprimento integral da Lei de Finanças Regionais, assim como manter uma discriminação positiva na carga fiscal para os açorianos e defender intransigentemente, “quer junto das instâncias nacionais, quer das comunitárias”, a manutenção e/ou eventual reforço de uma política fiscal diferenciada na região.

“Maximizar o montante e o impacto dos fluxos financeiros decorrentes das políticas de coesão da União Europeia” é também um compromisso assumido para os próximos anos pela nova equipa governativa socialista que, no âmbito da actuação externa do arquipélago, define como meta o reforço da participação, da visibilidade e da efectividade da região nas diversas organizações de cooperação inter-regional.

No capítulo dedicado ao terri-



tório, o Governo de Carlos César propõe-se ampliar a certificação da qualificação ambiental dos Açores com medidas específicas como a criação de redes de monitorização de poluentes industriais e da qualidade do ar.

Relativamente à energia, a aposta passa por “tornar os Açores numa região de referência no domínio da utilização das renováveis” e por desenvolver uma política de reservas energéticas estratégicas nas ilhas.

Já no que diz respeito à agricultura regional, a prioridade é apoiar a diversificação das explorações, ao passo que na produção de leite a tónica é colocada no aumento do valor acrescentado do sector.

O mar é outra das áreas contem-

pladas no Programa do Governo açoriano, que o descreve como um “ pilar fundamental para a viabilidade futura dos Açores”, pelo que estabelece a necessidade valorizar as pescas e a aquicultura, garantindo ainda a sustentabilidade da actividade piscatória.

No que diz respeito às políticas sociais, destacam-se medidas como a garantia a cada desempregado de que terá respostas adequadas no prazo máximo de 100 dias após a inscrição nas Agências de Qualificação e Emprego.

Além disso, o Governo propõe-se promover o emprego nas ilhas economicamente mais frágeis e a garantir o salário mínimo regional de 500 euros em Janeiro de 2010.

No capítulo da saúde, o documento aponta para a racionalização

dos recursos e não exclui a hipótese de proceder a alterações estratégicas da estrutura deste serviço regional, comprometendo-se também a estender o programa de recuperação de listas de espera a todas as unidades de saúde da região, a criar uma Inspecção Regional de Saúde e incentivos para a fixação de especialistas conceituados nos Açores.

Quanto à economia açoriana, estão previstas medidas de reforço da sustentabilidade do turismo e o incremento da sua importância na estrutura económica do arquipélago.

Relativamente à autonomia, o Governo açoriano pretende que esta seja afirmada como um desígnio e avança com medidas concretas como o estabelecimento de um Pacto Autónomico com os principais actores políticos e institucionais do Estado para desenvolver “uma verdadeira pedagogia das autonomias regionais”.

Investimento público aumenta 10%

Entretanto, o presidente do Executivo regional anunciou, no passado dia 4 de Dezembro, na Ilha Terceira, que o Governo açoriano vai aumentar, em 2009, a despesa pública de investimento em pelo menos 10% para estimular a actividade económica no arquipélago.

Carlos César explicou que o aumento do investimento público faz parte de um conjunto de medidas que o Executivo Regional irá tomar para combater as con-

seqüências da crise internacional, comprometendo-se também a duplicar, nos próximos cinco anos, as dotações orçamentais destinadas ao investimento privado, o que permitirá injectar centenas de milhões de euros na economia privada.

César revelou ainda que será criada uma linha de crédito destinada à reestruturação do endividamento das empresas, indicando de seguida que as micro, pequenas e médias empresas com sede na região contarão com um apoio específico destinado à criação de um fundo de maneiio, avalizando o Governo Regional 50% do financiamento perante a banca, custos de garantia da operação e a bonificação dos juros.

Do pacote de medidas avançadas pelo presidente do Governo açoriano faz também parte a decisão de antecipar o pagamento das comparticipações governamentais já aprovadas no âmbito dos sistemas de incentivos, a criação de um observatório prospectivo e de um regime de aplicação de subsídio reembolsáveis, que permitirá às empresas aceder a um novo apoio à consolidação dos seus quadros de pessoal.

O Executivo Regional dos Açores vai ainda ajudar as empresas na formação profissional dos seus funcionários em actividades marcadas pela sazonalidade, de modo a permitir a manutenção desses trabalhadores nas empresas nos períodos de menor intensidade laboral.

Ascenso Simões quer consolidar bons resultados no combate aos incêndios florestais

ASPOLÍTICAS desenvolvidas pelo Governo no combate aos incêndios florestais obtiveram “bons resultados”, mas necessitam de ser “consolidadas”, considerou o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Ascenso Simões, no discurso que efectuou no dia 4, no seminário promovido pelo Governo Civil de Portalegre sobre a “Defesa da floresta no século XXI situação actual e perspectivas futuras”.

“Gostaria de deixar claro que os bons resultados que nós tivemos nos últimos anos precisam ainda de consolidação. Espero que todos tenham bem presente que este é um processo lento e que muitas das coisas que foram conquistadas precisam de ser consolidadas”, disse.

E destacou o facto de o sistema criado pelo Governo ser único na Administração Pública. “O sistema que criámos é voluntarista, não há



outro na Administração Pública portuguesa. É um sistema onde agregamos realidades, estruturas e formas de olhar a vida diferentes”, sublinhou.

Para Ascenso Simões, um dos maiores problemas que o país tem vivido, com a problemática dos incêndios florestais, está relacionada com a constante mudança de

políticas executadas pelos sucessivos governos.

“Um dos grandes problemas que temos em Portugal é que quando mudamos de membro do Governo ou de Governo tendemos a mudar leis e estruturas no sector da floresta contra incêndios, que é demasiado importante para nós andarmos a mudar todos os dias”, afirmou.

Por isso, adiantou, o que é necessário agora “é corrigir as imperfeições que vamos identificando, mas consolidar aquilo que foi uma grande conquista de emparcelamento institucional que se verificou nos últimos três anos”.

Na sua intervenção, Ascenso Simões disse ainda que o Governo está a “consolidar” a responsabilidade dos municípios na área da prevenção estrutural, eliminando a relação protocolada de gestão ou financiamento dos gabinetes técnicos florestais.

PRONTOS PARA ENFRENTAR NOVAS DIFICULDADES E DESAFIOS

O GOVERNO já criou instrumentos adequados para reforçar o trabalho de recuperação da confiança face às “novas dificuldades e desafios” que se colocam a Portugal com o abrandamento do crescimento económico, garantiu o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

O governante reagiu assim aos dados divulgados, no passado dia 9 de Dezembro, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que revelam que a economia portuguesa recuou 0,1% no terceiro trimestre face aos três meses anteriores.

Nas declarações aos jornalistas que fez à margem da cerimónia de assinatura do Acordo Tripartido entre o Executivo, a Associação Portuguesa de Bancos e os três sindicatos representativos da banca para a integração futura dos trabalhadores bancários no regime geral de Segurança Social, Vieira da Silva sublinhou que “a economia portuguesa continua a ter um crescimento relativamente ao que foi o desempenho face ao ano anterior”.

E acrescentou que os resultados anunciados estão próximos dos dados da última estimativa divulgada, porém, ressaltou, “o Governo já reconheceu que este abrandamento do crescimento económico nos coloca novas dificuldades e novos desafios e exige respostas políticas e o reforço do trabalho de recuperação da confiança”.

Para o ministro do Trabalho, a confiança “é um aspecto fundamental para a recuperação económica”, razão pela qual o Executivo liderado pelo camarada José Sócrates “tem apontado os instrumentos que considera prioritários e mais adequados para responder ao abrandamento da economia, na linha do que tem feito a maior parte dos países europeus e a própria União Europeia”.

OPINIÃO

JORGE FÃO
Deputado do PS

Os caminhos que estamos a percorrer, em termos de políticas energéticas, são os mais adequados

ALTO MINHO O CORAÇÃO DO CLUSTER EÓLICO DE PORTUGAL

É INQUESTIONÁVEL a aposta deste Governo do Partido Socialista na promoção de grandes projectos e cativação de avultados investimentos privados na expansão dos sistemas de produção de energias renováveis, amigas do ambiente e favoráveis à economia nacional.

Como é sabido, 85% da energia consumida em Portugal é proveniente de combustíveis fósseis, predominantemente do petróleo, o que faz com que, por exemplo, em 2007 a factura energética do nosso país tenha ascendido a mais de 6000 milhões de euros, valor que provoca fortes impactos negativos na economia e agrava o desequilíbrio das contas públicas.

Partindo deste pesado fardo para a economia das empresas e para a contabilidade do Estado, está este Governo a procurar promover novas áreas de negócio, aliciando para o investimento privado, com reflexos na melhoria do PIB e na criação de emprego, variáveis fundamentais para fazer face às consequências da crise económica internacional que atravessamos.

Se a estes objectivos associarmos o contributo que o aumento da produção e do consumo das denominadas energias limpas aporta para a redução das emissões de CO₂ e do cumprimento por parte de Portugal das metas de Quioto, poderemos dizer que os caminhos que estamos a percorrer, em termos de políticas energéticas, são os mais adequados.

- O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, dos mais ambiciosos da Europa, pretende reduzir 10% do consumo de energia até 2015;

- O Plano Nacional de Barragens, prevê a construção de 10 novos aproveitamentos hidroeléctricos em território nacional;

- O progressivo aumento dos Parques Eólicos, - na actualidade, 166 Parques com 1445 aerogeradores e 2.719 MW de potência instalada - fazem aumentar a capacidade instalada de 500 MW em 2004 para 2.700 MW este ano, com animadoras expectativas de atingirmos os 5.000 MW em 2010;

A maior central fotovoltaica do Mundo instalada em território alentejano, com 11 MW de capacidade instalada, produz 20 GW/h por ano.

- As perspectivas de sucesso para os projectos da biomassa;

- A crescente atractividade e simpatia dos cidadãos e empresas pela micro geração e, ainda, a inovadora experiência da energia das ondas

Todos estes exemplos ilustram bem a aposta estratégica do Governo num novo paradigma energético nacional e dão força e credibilidade ao objectivo de, nos próximos 12 anos (2020) produzirmos 60% da electricidade a partir de fontes renováveis, transformando em energia, matérias-primas existentes no território nacional cujos custos são zero.

Segundo dados da Direcção-Geral de Energia, no final de 2008, a potência de renováveis instalada em Portugal será de 8031 MW.

A esmagadora maioria dos actores políticos, dos académicos, dos empresários e dos cidadãos em geral considera que os caminhos que estamos a percorrer em termos de política energética são o acertado porque reduz as importações, baixa os custos de produção nas empresas, diminui a factura energética nacional, atrai investimento privado, cria emprego e melhora o ambiente.

Quero aqui realçar o que nesta matéria está a acontecer na NUT III do Alto Minho que coincide com a área do meu distrito de Viana do Castelo e que foi recentemente referida na comunicação social nacional e internacional como o "Coração do Cluster Eólico de Portugal".

Foi determinante a visão estratégica que demonstraram os Municípios do Vale do Minho: Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha quando, em 2000 apoiaram este projecto da instalação de Parques Eólicos integrando o grupo empresarial Empreendimentos Eólicos do Minho, bem como

o trabalho do Município de Viana do Castelo no acolhimento que dispensou à ENERCON, proporcionando-lhe condições para a instalação de fábricas de pás de rotor, de torres de betão, de geradores e de mecatrónica, recentemente inauguradas pelo primeiro-ministro e que constituem um cluster empresarial de grande importância para o desenvolvimento e progresso de Viana do Castelo.

No sector da produção de energia e como resultado de um investimento de mais de 360 Meuros, os Parques Eólicos do Alto Minho I e II, já o maior Parque Eólico da Europa, constituído por 120 aerogeradores e com mais de 302 MW de potência instalada, produzirá, em média, cerca de 550 GW/h de electricidade, podendo satisfazer 60 a 70% das necessidades de energia consumida no Alto Minho e contribuir para a redução da emissão de 466 mil toneladas de CO₂ / ano.

Viana do Castelo é já o 3º distrito a nível nacional com mais potência eólica instalada.

Na área da indústria de equipamentos, a ENERCON e as suas 29 empresas associadas criaram condições para instalar em Viana quatro fábricas, mais uma quinta já em construção que significam um investimento total de 220 Meuros e a criação de 2.000 novos postos de trabalho, mão-de-obra qualificada e tecnologia de ponta incorporada com a qual se fabricam os aerogeradores, que incorporam 95% de componentes produzidos em Portugal e para os quais está garantido mercado, em território nacional, que absorverá a totalidade da produção até 2010 e fundadas expectativas de boas oportunidades de exportação a partir dessa data.

O total de investimento realizado nesta área no Alto Minho traduz-se num peso de 0.4% do PIB em 2008.

A par com o rico património ambiental, histórico, cultural e gastronómico, da acção promocional do Alto Minho que se espera seja desenvolvida pela novel Entidade Regional de Turismo Porto-Norte de Portugal aqui sediada, do trabalho das empresas e da acção das Instituições de Ensino e Formação da região, este grande potencial do cluster eólico, fazem do Alto Minho e do distrito de Viana do Castelo uma região com potencialidades que merece ser olhada pelo País, como um território de oportunidades.

Nós, os actores políticos locais, temos que continuar a acreditar num futuro que é promissor se continuarmos a percorrer o caminho da preservação, promoção e rentabilização dos nossos patrimónios, atraindo para o efeito mais e novos investimentos, incrementando a cooperação com a Galiza, reforçando a unidade e coesão do território e fixando as pessoas para inverter uma das principais fragilidades da Região que reside na negativa curva demográfica da população.

No curto prazo precisamos de ver concluída a empresarialização do porto de mar de Viana, a requalificação da rede viária do distrito, integrada por um acesso condigno a Paredes de Coura e uma nova ponte sobre o rio Lima, garantida uma ligação rápida à ferrovia de velocidade elevada Porto-Vigo, construída a plataforma logística transfronteiriça de Valença e urgentemente invertidos os problemas de sustentabilidade dos Estaleiros Navais de Viana, garantindo a sua viabilidade.

Contando com essa solidariedade nacional e com o correspondente investimento público que a região reclama, o distrito de Viana do Castelo poderá ser um contribuinte líquido da riqueza nacional, ajudando a economia e promovendo o bem-estar dos alto minhotos.

Poderemos assim participar activamente no tão ambicionado e urgente processo de regionalização do território nacional e na consolidação da descentralização da administração pública portuguesa, importantes decisões políticas que esperamos venham a ser concretizadas com brevidade, criando assim condições para minorar assimetrias regionais e construir um modelo de desenvolvimento integrado e equilibrado do território nacional onde o Alto Minho quer e terá condições para se afirmar.

Socialistas de Oeiras querem regulamentar o uso de viaturas municipais

OS DEPUTADOS socialistas da Assembleia Municipal de Oeiras, e após ser conhecido o resultado de um inquérito realizado e tornado público pela Direcção Central de Investigação da Corrupção e da Criminalidade Económica e Financeira (DCICCEF) a propósito da utilização desregulada de viaturas da Câmara Municipal, referente ao período entre Janeiro de 2003 e Julho de 2008, apresentaram uma proposta que pretendia regulamentar o uso de viaturas camarárias por parte dos altos dirigentes e quadros técnicos da autarquia.

A proposta teve os votos favoráveis do PS, PCP e do Bloco de Esquerda, mas foi chumbada pelos votos combinados do PSD e do grupo de independentes que apoia o presidente da edilidade, Isaltino Morais.

De acordo com a informação tornada pública, através do relatório da DCICCEF, há funcionários que dispõem de mais do que uma autorização e mais do que uma viatura distribuída, algo que os deputados municipais do PS consideram como um acto claro de "desrespeito pelo estipulado na lei".

A iniciativa dos deputados socialistas na Assembleia Municipal de

Oeiras visava travar o "uso pessoal reiterado e abusivo" de viaturas municipais, algo que a própria Direcção Central de Investigação da Corrupção e da Criminalidade Económica e Financeira da Polícia Judiciária, já veio a considerar como um evidente atropelo ao estabelecido na lei.

Na opinião do presidente da Comissão Política da Concelhia de Oeiras do Partido Socialista, Marcos Sá, ao ter apresentado esta proposta, o PS pretendia apenas e só regulamentar a atribuição das 114 viaturas, propriedade da autarquia, que foram distribuídas pelos altos funcionários e dirigentes políticos durante os últimos cinco anos, colocando assim um ponto final no que consideram ser um acto de absoluto abuso do usufruto de bens camarários, à discricionariedade.

Com efeito, durante os últimos cinco anos, lembra o PS/Oeiras, predominou neste particular um manifesto incumprimento da lei, razão que justificou a apresentação por parte dos socialistas na Assembleia Municipal de uma proposta de recomendação para a criação de um quadro regulamentar de forma a que se possa definir claramente qual "o uso mais correcto das viaturas camarárias". R.S.A.

Investimento sem precedentes em Santarém

NUNCA como agora Santarém teve um investimento tão grande, garantiram os deputados socialistas eleitos pelo respectivo círculo eleitoral António Gameiro, Nelson Baltazar, Nuno Antão e Sónia Sanfona, em recente conferência de Imprensa realizada por ocasião da apresentação das propostas inscritas no Orçamento de Estado para 2009 para o distrito.

Acompanhados pelo presidente da Federação do PS de Santarém, camarada Paulo Fonseca, os parlamentares refutaram deste modo contundente as declarações da oposição sobre alegadas quebras do investimento na região escalabitana, salientando as "elevadas taxas de execução" do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) no distrito.

Neste ponto, António Gameiro afirmou que a taxa de execução do PIDDAC cresceu nos últimos anos de 53%, em 2005, para 77%, em 2007.

Com um crescimento de 29% em relação a 2008 (com mais 14,1 milhões, ou seja, 62,6 milhões de euros inscritos em 2009), o PIDDAC para Santarém teve o "oitavo maior crescimento, juntamente com Viseu", venceu o deputado do PS

Por sua vez, Nelson Baltazar explicou que o investimento no

distrito não está todo reflectido no PIDDAC, estando boa parte das obras previstas inscritas nos orçamentos dos ministérios ou das estruturas autónomas, como a Estradas de Portugal.

Já o líder dos socialistas escalabitano, Paulo Fonseca, apontou que, ao "contrário do que aconteceu no último Governo PSD, em que os secretários de Estado andaram 15 dias antes das eleições a assinar uma série de protocolos que não tinham cabimentação, com este Executivo foi feito um diagnóstico das necessidades e cada entidade fez a sua candidatura".

Depois, o deputado socialista Nuno Antão frisou que as verbas inscritas em PIDDAC "não são para cumprimento das promessas eleitorais dos autarcas", exemplificando com uma série de projectos que vão avançar em 2009 e não inscritos neste documento, como as obras nas pontes de Coruche ou o posto de saúde de Foros de Salvaterra.

A terminar, Paulo Fonseca acrescentou que os investimentos contratualizados pelo Governo com quatro municípios da Lezíria, como contrapartidas à não construção do aeroporto na Ota, também não aparecem no PIDDAC, mas estão contemplados em sede do Orçamento de Estado.

Ampliação do Terminal de Alcântara é a solução que defende o interesse público

A AMPLIAÇÃO do Terminal de Contentores de Alcântara “é uma solução necessária, urgente, legal, que melhor defende o interesse público numa óptica financeira, que permite uma boa relação com a cidade e que contribui para uma solução ferroviária mais abrangente, tendo sido construída no mais escrupuloso cumprimento das regras a que a Administração Pública se encontra obrigada”, defendeu convictamente a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, ao intervir numa sessão de apreciação parlamentar requerida pelo PCP e pelo PSD ao decreto-lei relativo a este empreendimento.



Na ocasião, Ana Paula Vitorino explicou pormenorizadamente aos deputados que a solução avançada pelo Governo para o referido projecto de requalificação “promove o desenvolvimento sustentável, gera riqueza e emprego”, além de preservar os postos de trabalho já existentes.

Lembrando que ao sector marítimo-portuário é atribuída a importante missão de “aumentar drasticamente a competitividade nacional, reforçando a nossa centralidade euro-atlântica”, a secretária de Estado destacou “o perfil estratégico do Porto de Lisboa, considerando que a aposta na melhoria das suas condições de operação é “fundamental”, até porque vários estudos de previsão de procura têm vindo a demonstrar a urgência da sua concretização.

Esses estudos evidenciaram que, “caso não seja concretizado o aumento da capa-

cidade do terminal, este ficará esgotado entre 2010 e 2012”, referiu a governante, para quem resulta claro o carácter oportuno da ampliação da capacidade do Porto de Lisboa, bem como a urgência dessa intervenção e a necessidade de que se efective em Alcântara.

Quanto à prorrogação da concessão à empresa Liscont, Ana Paula Vitorino precisou que essa foi avaliada como a melhor solução por consubstanciar-se num cenário que, no aspecto financeiro, “corresponde ao maior valor actual líquido” da infra-estrutura e que também acarreta menores riscos para os parceiros públicos.

A terminar, a secretária de Estado sublinhou igualmente que o projecto de ampliação do Terminal de Alcântara implica ao mesmo tempo a concretização de várias políticas sectoriais que visam a melhoria da relação cidade de Lisboa, a promoção da intermodalidade e a minimização dos impactes ambientais. **M.R.**

PS analisa introdução de proporcionalidade no regime de coimas da lei de financiamento dos partidos

COM VISTA a introduzir “um princípio de proporcionalidade” no regime sancionatório da lei do financiamento partidário e das campanhas eleitorais, a bancada parlamentar socialista está disponível para aceitar algumas das propostas de alteração apresentadas por oito pequenos partidos, adiantou o presidente do GP/PS, Alberto Martins, à Imprensa, sublinhando de seguida que a forma de assegurar essa proporcionalidade ainda não está estudada.

Em declarações aos jornalistas, Alberto Martins também não afastou a hipótese de baixar o número de votos necessários para que os partidos políticos tenham direito à subvenção pública.

Refira-se que o documento entregue

no passado dia 3 ao Grupo Parlamentar do PS propõe que baixe de 50 mil para 20 mil o número de votos necessários para pedir a subvenção pública.

Entre as propostas entregues inclui-se igualmente a diferenciação do regime sancionatório tendo em conta os orçamentos dos partidos políticos.

Assim, prevê-se coimas mínimas de 150 euros e máximas de 60 mil euros, estabelecendo-se que o Tribunal Constitucional “terá em conta a gravidade do ilícito”, “o benefício obtido” e a “dimensão do partido político”.

A actual lei impõe coimas com base no salário mínimo mensal nacional (alterada para indexante dos apoios sociais, de menor valor), multas que podem ir de 1 a 400 salários.

OPINIÃO



MIGUEL GINESTAL
Deputado do PS

O Governo agiu como os portugueses esperavam que agisse numa situação desta natureza: com eficácia e precaução

A IMPRESCINDÍVEL EXISTÊNCIA DA ASAE

O PAÍS assistiu nos últimos dias a um desempenho assinalável do Governo, e em particular dos Ministérios da Economia e da Agricultura, no domínio da qualidade e segurança alimentar.

A tão propalada crise da “carne de suíno da Irlanda contaminada com dioxinas”, não mais foi do que uma “tempestade num copo de água”. Mas podia não ter sido assim... se o Governo tivesse cedido aos que com argumentos populistas quiseram destruir a credibilidade da ASAE.

A verdade é que o sistema de rastreabilidade e controlo funcionou. No dia 8 de Dezembro, feriado nacional, os serviços da Direcção-Geral de Veterinária receberam a notificação do Sistema de Alerta Rápido da União Europeia para Rações e Alimentos, informando que Portugal se encontrava entre os doze Estados-Membros que importaram carne de porco proveniente da Irlanda, com uma eventual contaminação com dioxinas.

Nesse mesmo dia, a Direcção-Geral de Veterinária identificou a única empresa importadora de 30 toneladas da referida carne de porco, em dois lotes importados a 20 de Outubro e 17 de Novembro, tendo a brigada da ASAE apreendido seis toneladas no armazém que foram enviadas para análise. Através do sistema de rastreabilidade, foi possível identificar ainda o destino das restantes 24 toneladas, que tinham sido enviadas, na sua maioria, para fábricas de transformação de enchidos e salsicharia. Da actuação da ASAE resultou a apreensão de um total de 22,4 toneladas de produto em sete locais diferentes, contando-se ainda que uma tonelada foi exportada e 6 toneladas forma transformadas em produtos diversos, tendo a ASAE obtido a lista dos 250 locais de venda dos produtos, os quais foram entretanto contactados para devolverem os produtos transformados. Ou seja, em menos de 24 horas, Portugal tinha o problema devidamente identificado e os consumidores defendidos. **NOTÁVEL!**

Mas podia não ter sido assim... e os que quiseram destruir a ASAE têm que dizer o fariam numa situação destas.

Mesmo embora o risco para o consumo humano fosse reduzido, como oportunamente esclareceu a ASAE em comunicado produzido pela sua Direcção Científica, pois “a exposição humana a dioxinas e PCB similares às dioxinas por curtos períodos não resulta em efeitos adversos para a saúde”, o Governo Português agiu bem, de forma preventiva, mesmo não sendo obrigado a fazê-lo, procedendo à retirada voluntária dessa carne dos circuitos comerciais. Com este procedimento evitou a criação de um alarmismo desnecessário entre os consumidores.

É verdade que Portugal não foi notificado para retirar esta carne do mercado, mas, dita o bom senso, que se devem salvaguardar os consumidores de toda a panóplia de desinformação e demagogia que normalmente acompanham estas situações. Assim foi com a BSE, com os nitrofuranos, ou com a gripe aviária. Chama-se a isto usar o princípio da precaução na defesa da saúde pública.

É hoje em dia possível conhecer todo o percurso de qualquer peça de carne de um bovino abatido, desde o nascimento até ao talho, através do SNIRB. É igualmente possível conhecer a origem de cada ovo que os consumidores encontram nas prateleiras dos supermercados. Chama-se a isto rastreabilidade e segurança alimentar.

O controlo efectivo desta situação por parte das autoridades competentes – Direcção-Geral de Veterinária e ASAE – demonstrou que em Portugal não se brinca com a qualidade e a segurança alimentar dos consumidores. Foi possível num curto espaço de tempo, com uma grande prontidão de resposta, através de um sistema de rastreabilidade eficaz, identificar o problema, ir à sua origem e controlar a situação, mantendo sempre os consumidores informados com a verdade dos factos! É assim que se conquista a confiança dos consumidores nacionais nos produtos que compram e levam para suas casas diariamente!

É porque estas situações acontecem de facto que é imprescindível a existência de uma entidade com as características da ASAE em Portugal.

Este sucesso é também a derrota dos que tentaram de forma populista, demagógica e irresponsável, destruir aos olhos dos portugueses a credibilidade da ASAE. Não lhes cairiam os parentes na lama se as oposições reconhecessem que estavam enganadas e publicamente declarassem que a ASAE é necessária.

Estamos no século XXI. Estamos integrados num mercado global. Os consumidores necessitam de ter confiança nos produtos. Precisam de ter confiança nas entidades que regulam a segurança alimentar e nestes últimos dias foi dada uma prova cabal e inequívoca!

O Governo agiu como os portugueses esperavam que agisse numa situação desta natureza: com eficácia e precaução. Fez o que tinha a fazer e fê-lo bem feito! Há que reconhecer publicamente o mérito do trabalho realizado.

A terminar, deixo um apelo aos consumidores portugueses, aos criadores, empresários pecuários e suas organizações e também aos nossos industriais. Recentemente a Subcomissão parlamentar de Agricultura realizou uma visita ao sector pecuário no Alentejo, com o enfoque nas raças autóctones e posso afirmar com toda a convicção que este é um sector da agricultura portuguesa em acentuada expansão. Importa pois que os nossos empresários agrícolas e pecuários aproveitem bem os milhões de euros disponíveis no actual Quadro Comunitário de Apoio para modernizar, desenvolver e valorizar a produção pecuária nacional.

Carne alentejana, barrosã, arouquesa, mertolenga, porco bísaro, porco de raça alentejana, são apenas alguns exemplos de produtos portugueses de qualidade. São marcas distintivas dos nossos territórios rurais. Realidades que valorizam os ecossistemas, a biodiversidade mas que também asseguram rendimento económico a muitos. Concluo com uma frase que todos bem conhecem: O que é nacional é bom e recomenda-se!

Mulheres socialistas de Setúbal contra a violência doméstica

A violência doméstica é um dos maiores problemas sociais e, embora tenha havido uma evolução positiva nos últimos anos, ainda falta fazer muito trabalho em algumas áreas, nomeadamente ao nível da celeridade da justiça e da prevenção, afirmou a presidente do Departamento Federativo de Mulheres Socialistas de Setúbal, Catarina Marcelino, numa conferência de imprensa seguida de um acto público que assinalou o Dia Internacional pela Erradicação da Violência Contra as Mulheres.

A INICIATIVA organizada pelas Mulheres Socialistas de Setúbal, pelo Movimento Homens Contra a Violência, pela UMAR e pela SEIES, realizada no dia 25, no IMA PARK, em Setúbal, teve como objectivo chamar a atenção para o número de homicídios verificados por actos de violência doméstica e para a necessidade de mais protecção às vítimas e uma maior celeridade da justiça.

Na sua intervenção, Catarina Marcelino, presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal, fez uma retrospectiva do que tem sido feito de positivo nesta matéria ao nível da resposta nas diferentes vertentes, social, forças de segurança e justiça, nos últimos dez anos.

Neste âmbito, elogiou a recente proposta de lei do Governo que introduz mudanças ao nível da possibilidade de detenção dos agressores antes de serem apresentados ao juiz mesmo não havendo flagrante delito e à possibilidade dessa detenção durar até 48 horas, o que, frisou, “protege a vítima num dos momentos de maior risco para a sua

integridade física”.

E destacou ainda a aplicação da pulseira electrónica ao agressor e a introdução de um sistema de teleemergência para a vítima e a introdução de estatuto de vítima, que permitirão às mulheres “terem um conjunto de protecção jurídica, social e de saúde”.

Apesar de todas estas alterações que considerou “muito positivas”, Catarina Marcelino defendeu que é necessário, sobretudo ao nível da justiça, “dar maior eficácia e celeridade aos processos”, embora este novo diploma já considere o crime de violência doméstica “urgente”.

E alertou que nas cerca de 22 mil queixas apresentadas em 2007, cerca de 1500 em Setúbal, apenas poucas centenas chegaram a tribunal e as condenações são praticamente inexistentes. “O crime é de difícil prova”, disse.

Nesta iniciativa, foi ainda reeditado o Manifesto “Homens Contra a Violência”, lançado em 2006, e agora subscrito por um conjunto de figuras públicas, como jogadores do Vitória de Setúbal, Luís Aleluia, Toy, entre outros, na presença de Eu-



ridice Pereira, Luís Gonelha, Fátima Lopes, Chocolate Contradaças, Natividade Coelho, João Barata, sendo apresentado pelo primeiro subscritor, José Manuel Palma, a razão de ser deste manifesto e um conjunto de acções de curto prazo que alargará o âmbito deste movimento de cidadãos.

Na sua intervenção, José Manuel Palma falou da “necessidade social dos homens serem também eles identificados como parte da solução do problema”, procurando com este movimento “Homens Contra a Violência” mostrar que este não pode ser apenas uma preocupação das mulheres que, por serem as maiores vítimas do flagelo, são também os seus movimentos que

travam a batalha social de combate a este fenómeno, mas deve ser encarado como “um problema social em que homens e mulheres, conjuntamente, tomam posição pública”.

José Manuel Palma apresentou ainda o projecto deste movimento que irá criar uma página na Internet com informação e com o manifesto para recolha de mais subscrições, irá promover iniciativas envolvendo figuras públicas que, enquanto modelos sociais, são fundamentais para desconstruir o modelo de masculinidade violenta e anunciou que no próximo ano, no dia 25 de Novembro, este movimento vai promover uma manifestação silenciosa.

Por sua vez, a presidente da UMAR, Elisabete Brasil, considerou

que “a violência contra as mulheres é de facto um problema de género”, e abordou ainda temas como o tráfico de seres humanos e a mutilação genital feminina que envolve maioritariamente mulheres e raparigas.

Elisabete Brasil chamou ainda a atenção para o número de mulheres que morreram às mãos de maridos, companheiros, namorados e antigas relações afectivas, 44 este ano em Portugal, e a necessidade da nossa sociedade condenar de uma forma veemente estas situações.

Já Isabel Rebelo, da SEIES, afirmou a preocupação da vitimização associada das crianças, rapazes e raparigas, que vivem no seio de famílias violentas, e que também são vítimas deste flagelo.

ENCONTRO / DEBATE OS IMPACTES DO NOVO AEROPORTO NO CONCELHO DE ALCOCHETE

Alcochete, 13 de Dezembro 2008
Fórum Cultural de Alcochete

PROGRAMA

- 09.00h** Chegada dos convidados, distribuição de documentos.
09.40h Abertura. António Maduro (Presidente da Concelhia PS)
- 1º PAINEL** “Economia/ Finanças /Transportes”
10.00 h Augusto Mateus (Prof. Universitário)
10.30 h Ana Paula Vitorino (Sec. Estado Transportes)
11.15 h - Debate
12.30 h - Encerramento dos trabalhos da manhã.
- 2º PAINEL** “O Ordenamento do Território e a Economia”
14.30h Fonseca Ferreira (Pres. CCR/LVT)
15.00h João Ferreira do Amaral (Prof. Universitário)
- 15.30h** Bernardo Trindade (Sec. Estado Turismo)
16.00h Debate
- 3º PAINEL** “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”
16.45h Nuno Canta (Vereador da CM Montijo)
17.15h Santos Oliveira (Prof. Universitário)
17.45h Debate
- ENCERRAMENTO**
António Maduro (Pres. Concelhia PS)
Maria Amélia Antunes (Pres. C.M.Montijo)
Joel Hasse Ferreira (Deputado Europeu PS)
Vitor Ramalho (Pres. Fed. Dist. Setúbal do PS)

Paridade no Secretariado da Federação de Setúbal

PELA primeira vez na história do Partido Socialista, um Secretariado de Federação tem na sua composição mais mulheres do que homens.

Trata-se do Secretariado do PS/Setúbal, que no conjunto dos seus 15 elementos, oito são mulheres e sete são homens.

Presidido pelo nosso camarada Vitor Ramalho, o Executivo da Federação sadina foi eleito com 40 votos a favor, 10 contra e 2 brancos.

Em declarações ao “Acção Socialista”, Vitor Ramalho afirmou que esta composição “intencionalmente procura responder já ao que deverá



ser o futuro próximo e à crescente participação do género feminino na vida política”.

Para o presidente da

Federação do PS de Setúbal, a solução encontrada “acrescenta uma muito maior proximidade com os problemas

reais dos portugueses, aliada a uma sensibilidade mais afectiva do que a actualmente existente”.

PS/Porto quer que as obras do metro avancem rapidamente

OS SOCIALISTAS do Porto exortaram o Governo a avançar rapidamente com a segunda fase de expansão da rede do metro da cidade.

Considerando que este o projecto é “um catalisador e mobilizador das mudanças” que se pretendem operar no sentido da modernização e da promoção da competitividade da Área Metropolitana do Porto (AMP), a Comissão Política Distrital (CPD) do PS portuense aprovou por unanimidade, na sua primeira reunião após o XIII Congresso Distrital, uma moção na qual pede ao Executivo liderado pelo camarada José Sócrates que equacione a possibilidade de encurtamento de prazos para as linhas de S. Mamede, Campanha-Valbom e o prolongamento da Linha Amarela até ao novo Centro Hospitalar Gaia/Espinho (VilaD’Este).

Na moção, a CPD manifesta igualmente “total apoio” à proposta apresentada pela Comissão Executiva da Administração do Metro, por entender que ela respeita o Memorando de Entendimento assinado, em Maio de 2007, entre o Governo e a Junta Metropolitana.



Entende também que a referida proposta “consolida uma verdadeira rede de transportes públicos e não a construção de linhas avulsas ao sabor dos interesses locais”.

Neste sentido, os socialistas criticam, também no documento, o PSD/Porto pela sua “persistente tentativa de desinformação e de descredibilização do projecto”, vincando que a proposta do Governo “cumpre integralmente o memorando”.

E apontam ainda que “a Metro Porto deverá desenvolver os estudos relativos a eventuais futuras

extensões da rede metropolitana, designadamente as linhas do Hospital de S. João-Maia e desenvolvimento a sul do rio Douro”.

“Esta é a verdade que tem sido escondida por aqueles que põem as suas obsessões pessoais acima dos interesses do Porto, dos portuenses e de todos os cidadãos da AMP”, defendem os socialistas, que condenam o PSD local por não cumprir com os compromissos assumidos e continuar a fazer “birras” que levam ao bloqueamento “de tão importante projecto para a AMP”. M.R.

É preciso apostar no turismo duriense

A NECESSIDADE dos investidores privados apostarem no turismo no Douro foi defendida, no dia 9, pelo presidente do Turismo de Portugal, Luís Patrão, que sublinhou as condições já criadas pelo Estado para apoiar esse investimento.

“O que é preciso é mais investimento privado, mais iniciativa, mais capacidade para colocar no terreno o que é permitido pelas linhas de crédito e pelas condições

de financiamento a fundo perdido”, afirmou Luís Patrão.

Segundo o presidente do Turismo de Portugal, que falava à margem da cerimónia de assinatura do Pacto para a Excelência do Turismo no Douro, o Estado “disponibilizou tudo o que podia” para apoiar o investimento privado no turismo duriense, salientando que “não há nenhuma região do país que disponha de melhores condições para se investir” do que o Douro.

“As condições naturais estão lá, os apoios ao investimento também, o que falta é iniciativa empresarial”, disse.

Luís Patrão referiu ainda que o Douro “é um dos pólos de desenvolvimento estratégico para o turismo nacional”, salientando que a importância deste estudo resulta da “profundidade com que se analisaram as fragilidades e as potencialidades” que este destino turístico apresenta.

OPINIÃO

AS BOAS PRÁTICAS NO USO DA ÁGUA



HÉLDER FERREIRA
Coordenador da acção sectorial da sustentabilidade

As boas práticas do uso da água são um comportamento que irá impor-se naturalmente

NO ÂMBITO das comemorações do Dia Nacional da Água, tem vindo a Secção de Ambiente e Qualidade de Vida a promover a realização de diferentes sessões de debate subordinadas a este tema.

As boas práticas do uso da água são um comportamento que irá impor-se naturalmente a todos os que vivem nas sociedades de bem-estar, porque, para aqueles que não têm essa bênção, é uma realidade com que se confrontam diariamente.

É a diferença entre abrir a torneira e beber água de boa qualidade ou ter de percorrer horas para conseguir obter dois litros de água não potável.

De facto, as alterações climáticas, tem vindo a transformar este bem, a água potável, num bem cada vez mais escasso, obrigando a que a sua utilização se efectue cada vez com mais racionalidade.

Esta alteração de hábitos, que o andar dos tempos imporá, deverá ser desde já

assumida por todos os que têm consciência da sua escassez, bem como por todas as entidades públicas e privadas que, directa ou indirectamente, têm responsabilidade na sua utilização, sendo que para as escolas e entidades gestoras estará reservado uma intervenção especial para a formação do consumidor/utilizador de água do futuro.

Importa não esquecer que no mundo:

- 500 milhões de habitantes não têm água;
- 1.500 milhões de habitantes não têm acesso a água potável;
- 55 milhões de habitantes morrem por consumo de água Contaminada;

e que

Em cada minuto 8 crianças morrem por doenças provocadas por água contaminada.

res publica

I Curso de Formação Política

O Socialismo Democrático Português

Apresentação

O curso pretende proporcionar uma formação introdutória e geral sobre os fundamentos do socialismo democrático português, através de abordagens históricas, sociológicas e comparativas que forneçam aos participantes um melhor conhecimento da evolução e dos debates deste movimento político.

Metodologia

Cinco módulos, de quatro horas cada, ao longo de cinco semanas (terças e quintas à noite).

Programa

Módulo 1 – O movimento socialista entre 1964 e 1975

Formadores:

António Reis (Historiador, FCSH)

Susana Martins (Historiadora, IHC da FCSH)

Dias 6 e 8 de Janeiro, entre as 21h e as 23h

Módulo 2 – O PS na institucionalização da democracia

Formador:

António Reis (Historiador, FCSH)

Paulo Freitas do Amaral (Político, Universidade Lusófona)

Dias 13 e 15 de Janeiro, entre as 21h e as 23h

Módulo 3 – A base social e eleitoral do PS

Formador:

André Freire (Político, ISCTE)

Diogo Moreira (Político, ICS/UL)

Dias 20 e 22 de Janeiro, entre as 21h e as 23h

Módulo 4 – Os princípios e os programas do PS, 1973-2005.

Formadores: Augusto Santos Silva (Sociólogo, FEUP)

Filipe Abreu Nunes (Sociólogo, ICS/UL)

Dias 27 e 29 de Janeiro, entre as 21h e as 23h

Módulo 5 – O PS no contexto da esquerda democrática europeia.

Formador:

Carlos Leone (Historiador, CHC da UNL)

Dias 3 e 5 de Fevereiro, entre as 21h e as 23h

Informações úteis

Duração:

Cinco semanas

(cada módulo às terças e quintas, entre as 21h e as 23h)

Local:

Sala C1.04, Ed. II do ISCTE, Lisboa

Número de vagas:

40 pessoas

As candidaturas já abriram:

Envie o seu currículo para o email da Fundação (geral@fundacaopublica.pt).

Matrícula:

30 euros, o que inclui material de apoio. O pagamento deve ser feito até uma semana após comunicação da aceitação da candidatura, pela forma que for indicada.

Certificação:

A frequência do curso dá direito a um certificado de assistência que dará créditos para outras actividades de formação.

OPINIÃO



JOÃO MIRANDA DA CRUZ

Cabe agora ao poder local ter a visão que se pede e exige na consolidação do bruto do betão e no transformar deste em fertilidade, riqueza e justiça

A RECONFIGURAÇÃO DOS MONTES DE TRÁS-OS-MONTES

TRÁS-OS-MONTES décadas após décadas padeceu de ostracismo e votado ao esquecimento, um povo repleto de memória intemporal. Por detrás dos montes habitam nobres e eloquentes saberes, gentes que já logravam a distinção de um outro digno olhar.

A interioridade era sentida no seu peso absoluta pelas difíceis vias de comunicação que nos caracterizam, exacerbadas pela geometria e arquitectura de socacos e relevos que nos conferem uma imensidão de magnificência e nos promovem a distinta diferença das demais regiões que compõem esta Portugal plantado à beira-mar.

A inexistência de um único quilómetro de auto-estrada, algo ímpar no panorama rodoviário português, era um gritante exemplo de incúria e injustiça.

Com o acordo assinado na “flor” de Trás-os-Montes pelo primeiro-ministro, José Sócrates, o impulso que a tinta timbrou no deslizar sobre o papel conferiu vida aos anos de um distrito que pode vir a sentir um progresso assinalável, como se pode constatar na previsão da criação de 13 mil novos postos de trabalho. É a fixação de jovens, a criação de emprego, o gerar de proventos em prol do nosso país, o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, a fixação do tecido empresarial beneficiando de uma localização privilegiada, às portas da Península Ibérica e da Europa. Cabe agora ao poder local ter a visão que se pede e exige na consolidação do bruto do betão e no transformar deste em fertilidade, riqueza e justiça.

É com orgulho que me sinto socialista na percussão de uma medida de indelével mérito de um governo que acredita que para além dos montes existe a via do progresso e do futuro.

O meu bem-haja!

SECÇÃO DE SAÚDE DO PORTO DEBATEU O IPO E ONCOLOGIA

NA SEQUÊNCIA de várias iniciativas que vêm sendo organizadas pela Secção Sectorial da Saúde da Federação do Porto, teve lugar recentemente uma palestra sobre “O IPO e a Oncologia – Presente e Futuro”, em que foi orador o camarada Laranja Pontes, presidente do conselho de administração do IPO do Porto.

Na intervenção de Laranja Pontes ficou bem patente o enorme empenho no desenvolvimento de projectos de investigação, na prestação de cuidados de saúde de excelência e na utilização racional e séria dos meios humanos e materiais no IPO do Porto.

Laranja Pontes referiu também que o actual conselho de administração tem como objectivo modernizar a estrutura do IPO, de forma a que seja comparável a qualquer centro de tratamento do cancro de nome internacional, sublinhando que o sucesso da gestão do IPO foi consagrada com o prémio de gestão atribuído pela revista “Exame”.



Maria Carrilho recebe distinção



A DEPUTADA do PS Maria Carrilho recebeu a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Legião de Honra, atribuída pelo Estado francês em virtude dos seus serviços na promoção de relações de amizade entre Portugal e França.

Na cerimónia, que decorreu na Embaixada francesa em Lisboa, Maria Carrilho, que é presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-França desde Dezembro de 2005, sublinhou a

importância das relações entre os dois países, ao mesmo tempo que chamou a atenção para os laços históricos que os unem e a dimensão da comunidade portuguesa residente em terras gaulesas.

“A França é, de facto, uma verdadeira pátria para os portugueses que lá se encontram, Continua a ser uma terra de trabalho, mas também uma terra que sabe reconhecer a importância dos portugueses”, declarou a homenageada, que defendeu ainda a

relevância das relações bilaterais entre Estados e povos dentro de um quadro de um ideal europeu comum.

“Para além das grandes formações, cada vez é reconhecida mais importância às relações entre os povos e as sociedades, mesmo no âmbito regional e bilateral, sem que o bilateralismo belisque de nenhuma forma o ideal europeu, que é um ideal comum”, afirmou Maria Carrilho ao terminar a sua intervenção.

Protecção da privacidade dos cibernautas preocupa deputado socialista

A SALVAGUARDA da privacidade dos cibernautas preocupa o deputado da Juventude Socialista João Portugal que, em requerimento entregue na mesa da Assembleia da República questiona a Comissão Nacional de Protecção de Dados e a Direcção-Geral do Consumidor sobre o que está a ser feito para proteger a confidencialidade dessas pesquisas feitas nos motores de busca da Internet.

“De que modo está cada uma das entidades, em Portugal, a agir para proteger a confidencialidade das pesquisas dos internautas feitas em motores de busca como o Google e demais ferramentas da Internet?”, pergunta João Portugal, que no seu texto cita, a este propósito, artigos recentemente publicados no semanário “Expresso” e no diário espanhol “El País” acerca do registo em “enormes bases de dados” de “actos banais” como o envio de mensagens de correio electrónico e das investigações que estão em curso sobre a forma como

os fornecedores das ferramentas das chamadas “redes sociais” (Myspace, Facebook, Hi5, Tuenti) estão a gerir os dados privados dos utilizadores.

Lembrando que as novas tecnologias e a Internet dão às marcas cada vez mais a possibilidade de conhecer melhor os perfis dos possíveis clientes, o deputado alerta para as empresas que assentam os respectivos modelos de negócio na análise dos comportamentos dos utilizadores da Internet.

E defende que é vital proceder a um estudo crítico do modo como funcionam estas fontes de informação e como é gerido o conhecimento dos perfis dos consumidores, uma vez que “a protecção da privacidade dos cidadãos deve impor limites”, especialmente “quando há utilizadores/clientes que nem sempre têm consciência da exploração destes dados”.

Assim, João Portugal sustenta que no nosso país “deveremos, todos sem excepção, acompanhar

este fenómeno, à semelhança do que já sucede noutros países da União Europeia”.

Também no requerimento, o deputado pede esclarecimentos quanto ao prazo que as empresas detentoras de motores de busca dispõem para conservar as pesquisas efectuadas.

“Quais as razões invocadas para justificar esse prazo? Como encaram, a CNPD e a DGC, a possibilidade de reduzir consideravelmente esses prazos?”, interroga João Portugal, para de seguida questionar se não deveriam as empresas detentoras de motores de busca, assim como redes sociais, informar obrigatoriamente os utilizadores sobre a finalidade dos cadastros, os destinatários dos dados e a existência do direito de acesso e de rectificação.

A terminar, João Portugal pergunta ainda se não deveria ser exigido o acordo explícito do internauta para manutenção dos respectivos dados da pesquisa.

PS/Albufeira denuncia taxa ilegal da Câmara

UM “forte ataque contra todos os municípios” é como o PS/Albufeira classifica a recente aprovação em Assembleia Municipal da proposta de aplicação de uma taxa de disponibilidade em substituição da tarifa do aluguer dos contadores, a ser aplicada pela Câmara de Albufeira no âmbito do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.

Numa altura em que “a situação económica é exigente para as famílias”, o PS/Albufeira considera que a proposta agora aprovada pela maioria do PSD “demonstra não só uma total ausência de sensibilidade social por parte do Executivo presidido por Desidério Silva, como revela a manobra estratégica da autarquia ao prescindir dos 5% da taxa de IRS”.

Em comunicado, a Concelhia do PS de Albufeira refere que, apesar de concordar com a redução da carga fiscal suportada pelos municípios, já

que este é o concelho do país onde mais impostos se pagam por habitante, “não pode no entanto deixar de alertar para o facto de o Executivo se preparar para retirar com uma mão o que deu com a outra”.

Na verdade, acusa o PS/Albufeira, “para além de ludibriar os albufeirenses com uma alegada redução da carga fiscal, a Câmara Municipal adopta um procedimento já considerado ilegal pelo próprio secretário de Estado do Comércio, tendo em conta que mantém a cobrança dos valores referentes ao aluguer dos contadores de água, através da recentemente criada taxa de disponibilidade”. É que, explicam os socialistas, “apesar da diferença de designação do imposto, os respectivos valores a pagar pelos utentes são equivalentes”.

Ao concretizar esta medida, contra a qual os membros da Assembleia Municipal de Albufeira eleitos pelo PS votaram, os socialistas



OPINIÃO



EURICO RODRIGUES
Mestre em Estratégia
Militante do PS
Membro Fundador do Clube de Reflexão Política A Linha

Desta vez foram eleitos como principal target os cidadãos estrangeiros

de Albufeira afirmam que “o Executivo fará com que os municípios continuem a suportar os mesmos custos e encargos, como os mais desfavorecidos, já isentos de IRS, serão obrigados a pagar a tarifa do aluguer de contador, sendo assim os mais penalizados.”

Depois das recentes declarações do presidente do Executivo à Comunicação Social, segundo o qual a au-

tarquia apresenta condições financeiras para sustentar a descida dos impostos, o PS/Albufeira considera que “a cobrança desta taxa à generalidade dos municípios, traduz uma verdadeira irresponsabilidade social por parte da Câmara Municipal, bem como uma profunda falta de solidariedade para com a população, especialmente para com as famílias mais carenciadas”. **J.C.C.B.**

TERRORISMO INTERNACIONAL. UMA NOVA MAQUINAÇÃO?

OS ATAQUES deflagrados na passada quarta-feira à noite, coordenados por terroristas islâmicos, na capital económica e tecnológica da Índia, são já responsáveis, segundo a CNN, por 125 mortes e mais de 300 feridos em vários locais de Bombaim, actual Mumbai.

Talvez não seja totalmente inédito, mas desta vez os principais alvos considerados remuneratórios foram hotéis internacionais, visando, naturalmente, os cidadãos estrangeiros que neles se encontravam. Segundo a nossa Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, não há, felizmente, portugueses entre as vítimas a lamentar.

E foi nesta mais recente arena terrorista – os Hotéis Meridien e Taj Mahal – que o protagonismo estratégico coube, segundo a agência Press Trust of India, ao autodenominado grupo Mujahedines do Deccan –, desconhecendo-se, por ora, as suas eventuais ligações à Al-Qaeda bem como o possível tipo de contributo que visem dar ao alargamento do almejado Califado pan-islâmico àquela região.

Naturalmente que há um *modus operandi* que se repete, mas não deixa de se acrescentar algo ao que já conhecíamos do terrorismo de matriz islâmica: é que desta vez foram eleitos como principal *target* os cidadãos estrangeiros que, em trabalho ou recreação, se encontravam naquele país. Sem prejuízo de, na espiral da violência, muitas outras vítimas “inocentes” (para o terrorismo não há inocentes) terem igualmente sido apanhadas pelo olho do furacão.

De Ban Ki-Moon a Barack Obama, as reacções não se fizeram tardar, de condenação total da violência atroz e de urgência na punição dos culpados. Totalmente previsível.

Contudo, com o assentar da poeira, conviria levar a reflexão um pouco mais longe. Arrisco esquiçar-lhes algumas pistas:

- Muitos governos revelam falta de determinação e coragem política para a tomada de posições não ambíguas contra o terrorismo, sejam quais forem os seus perpetradores. Haverá bons terroristas?
- Há um fracasso do mundo democrático na batalha das ideias contra o extremismo?
- Nas respostas ao terrorismo internacional, qual o balanceamento ideal dos Estados democráticos entre o *hard power* e o *soft power*?
- Que parcela das liberdades civis fundamentais (liberdade de expressão, de religião, de movimento, de reunião, *habeas corpus*, entre tantas outras) estará o mundo democrático disposto a alienar em nome da defesa contra a ameaça terrorista?

Sem esquecer que se sacrificarmos as nossas liberdades básicas em nome da ameaça terrorista, teremos feito, nós próprios, o trabalho dos terroristas.

Dá que pensar...

Socialistas de Vila Real de Santo António acusam maioria autárquica de défice democrático

O PARTIDO Socialista de Vila Real de Santo António vai apresentar queixa à Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) e ao provedor de Justiça, a propósito do que considera ter sido uma manifestação de “desrespeito por parte do PSD a propósito da votação do Orçamento para 2009 do município”.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista deste município algarvio acusam o Executivo camarário, de maioria PSD, de terem aprovado um dos documentos mais importantes para a vida do concelho, sem que os socialistas estivessem presentes no acto de votação, e que nem a acusação de se terem ausentado da discussão de forma voluntária, merece qualquer credibilidade, uma vez que, explicam, a sua ausência justificou-se por terem recebido o documento do Orçamento Municipal com um “único dia útil de antecedência”, algo que não permitia, sublinham, “uma análise séria



da matéria em causa”.

De facto, adiantam ainda, a evidente impossibilidade de os vereadores poderem em tempo útil discutir e votar conscienciosamente o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos do município, levou a que os representantes do PS não tivessem comparecido à reunião, acusando o PSD de ser o responsável pelo “défice democrático existente na autarquia”.

Perante este impasse, os socialistas ainda propuseram a marcação de uma nova reunião extraordinária para mais tarde, com a mesma ordem de trabalhos, proposta que, recordam os vereadores do PS, “foi liminarmente recusada pela maioria PSD”.

A queixa que os vereadores socialistas vão apresentar à IGAL e ao Provedor de Justiça justifica-se, entre outras razões, porque o PSD, com esta atitude, dizem, “mostra um enorme desrespeito pelo Estatuto do Direito de Oposição”. **R.S.A.**

REGIMENTO DO XVI CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA

REGULAMENTO PARA E DOS DELEGADOS AO

Artigo 1.º

(Data e local do Congresso Nacional)

1. O XVI Congresso Nacional do PS realiza-se nos dias 27, 28 de Fevereiro e 1 de Março de 2009.

2. O XVI Congresso Nacional do PS realiza-se em local a definir pela Comissão Organizadora do Congresso.

Artigo 2.º

(Eleição do Presidente do Partido)

1. O Presidente do Partido é eleito por voto secreto, no início dos trabalhos do Congresso, em lista uninominal proposta pelo mínimo de 5% dos delegados.

2. As candidaturas a Presidente, subscritas pelos delegados, deverão ser entregues à COC até 3 dias antes do início do Congresso.

3. A votação para a eleição do Presidente do Partido realiza-se por um período mínimo de duas horas e até à sessão de abertura do Congresso.

Artigo 3.º

(Início)

1. No início dos trabalhos, o Congresso elege, de entre os seus membros, a Comissão de Verificação de Poderes e a Mesa, sob proposta do Secretário-Geral eleito, e a Comissão de Honra do Congresso, sob proposta do Presidente do Partido.

2. A Comissão de Verificação de Poderes é constituída por quatro membros eleitos pelo Congresso e presidida pelo Presidente da Comissão Nacional de Jurisdição, competindo-lhe julgar a regularidade da composição do Congresso e conhecer de quaisquer irregularidades surgidas na identificação dos respectivos membros.

3. A mesa do Congresso é composta pelo Presidente do Partido, pelo Secretário-Geral e por cinco Vice-Presidentes e dez Secretários eleitos pelos delegados.

4. A Comissão de Honra do Congresso é constituída por sete a quinze militantes que tenham desempenhado papel relevante ao serviço do Partido, da Democracia ou do País.

Artigo 4.º

(Presidente do Congresso)

1. Preside à Mesa do Congresso o Presidente do Partido, a quem compete iniciar, interromper, retomar e concluir os trabalhos, conceder ou retirar o uso da palavra e assegurar o regular

funcionamento do debates em cooperação com os restantes membros da Mesa.

2. Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 5.º

(Ordem de Trabalhos)

1. A ordem dos trabalhos do Congresso é a seguinte:

- Votações
- Eleição do Presidente do Partido
- Eleição da Comissão de Verificação de Poderes
- Eleição da Mesa do Congresso Nacional
- Eleição da Comissão de Honra do Congresso Nacional
- Sessão de Abertura do Congresso Nacional
- Apresentação, discussão e votação das Moções Políticas
- Votação das listas de candidatos aos órgãos nacionais
- Sessão de Encerramento

Artigo 6.º

(Funcionamento do Congresso)

1. O Congresso só pode deliberar desde que estejam presentes a maioria dos seus membros com direito a voto.

2. O "quorum" deliberativo previsto no número anterior é verificado por iniciativa da Mesa ou a pedido de qualquer dos delegados presentes.

3. As deliberações do Congresso são tomadas por maioria simples.

4. O Congresso pode funcionar com qualquer número de presenças.

5. O voto é pessoal e presencial.

6. É dispensada a leitura das propostas e moções apresentadas para discutir e votar pelo Congresso, desde que tenham sido distribuídas pelos delegados.

7. A Mesa é soberana na orientação dos trabalhos do Congresso.

Artigo 7.º

(Discussões políticas)

1. Para a apresentação das moções políticas de orientação nacional, subscritas por um número mínimo de 50 delegados com direito a voto, o primeiro proponente de cada uma, ou quem estes indicarem em sua substituição, podem intervir durante vinte minutos.

2. Para a apresentação das moções políticas sectoriais, subscritas por um

mínimo de 20 delegados com direito a voto, os seus proponentes podem intervir por um período de tempo fixado pela Mesa, em função do cumprimento da Ordem de Trabalhos.

3. Para a apresentação das listas de candidatos aos órgãos nacionais, subscritas por um mínimo de 5% dos delegados ao Congresso, os seus proponentes podem intervir durante um período global de dez minutos.

4. Em função do número de inscritos em cada ponto da Ordem de Trabalhos, a mesa estipula a duração máxima de cada intervenção.

5. A Mesa define a duração global das intervenções dos proponentes no encerramento da discussão das moções políticas de orientação nacional.

Artigo 8.º

(Alterações estatutárias)

As propostas de alterações estatutárias são apresentadas à Comissão Nacional, nos termos do mandato atribuído pelo Congresso.

Artigo 9.º

(Intervenções)

1. Os delegados ao Congresso podem participar nos trabalhos através de intervenções, requerimentos, reclamações e declarações de voto.

2. As intervenções podem ser efectuadas mediante a entrega na mesa de um pedido de palavra.

3. Os requerimentos são dirigidos à Mesa e reportam-se, exclusivamente, ao modo de condução dos trabalhos.

4. As reclamações são dirigidas à Mesa e reportam-se, exclusivamente, à infracção dos Estatutos, do Regulamento ou do Regimento do Congresso.

5. A Mesa do Congresso delibera imediatamente sobre a admissão dos requerimentos e reclamações. Destas deliberações da mesa cabe recurso para o plenário, sendo aprovado se obtiver 2/3 dos votos dos delegados presentes.

6. As declarações de voto são apresentadas à Mesa por escrito, ficando anexas à acta do Congresso, a qual será elaborada pela Mesa até 30 dias após a data da realização do Congresso e entregue ao Secretariado Nacional.

Artigo 10.º

(Listas de candidatos aos órgãos nacionais)

1. As listas de candida-

tos a membros da Comissão Nacional, da Comissão Nacional de Jurisdição e da Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira são propostas por um mínimo de 5% dos delegados ao Congresso.

2. As listas apresentadas são compostas por um número de candidatos efectivos correspondentes ao órgão nacional em causa e, pelo menos, metade de candidatos suplentes.

3. Os membros dos órgãos referidos no número 1 são eleitos pelo método da média mais alta de Hondt, considerando-se os candidatos ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.

4. Cada lista deve garantir uma representação não inferior a 33% de militantes de qualquer dos sexos, devendo em cada sequência de três elementos de candidatos dessas listas ser pelo menos um de sexo diferente.

5. No decurso dos trabalhos, a Mesa determina o prazo limite para a entrega das listas de candidatos.

6. As listas de candidatos são entregues na Mesa acompanhadas das respectivas declarações de aceitação dos candidatos, da qual constará obrigatoriamente o nome, o número de militante e a assinatura do candidato.

7. Cada delegado ao Congresso só pode ser proponente de uma única

candidatura a cada órgão nacional e candidato numa única lista.

Artigo 11.º

(Acta do Congresso)

A acta do Congresso, contendo as deliberações tomadas e a composição dos órgãos nacionais eleitos, é elaborada pela Mesa até 30 dias após a data da realização do Congresso, entregue ao Secretariado Nacional e publicada no Acção Socialista.

Artigo 12.º

(Interpretação e integração das lacunas)

Compete à Mesa a interpretação e integração de lacunas do presente Regimento e a resolução dos casos omissos, cabendo recurso para o Congresso.

Artigo 13.º

(Publicidade)

O presente Regimento do PS é publicado no Acção Socialista e no site do PS www.ps.pt.

Artigo 1.º

(Congresso Nacional)

1. O XVI Congresso Nacional do Partido Socialista realiza-se nos dias 27, 28 de Fevereiro e 1 de Março de 2009 e tem como objectivo apreciar e definir as linhas de orientação política do partido, mandar a Comissão Nacional para proceder à alteração dos estatutos, e eleger o Presidente do Partido, a Comissão Nacional, a Comissão Nacional de Jurisdição e a Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira.

Artigo 2.º

(Comissão Organizadora do Congresso – COC)

1. A COC é eleita pela Comissão Nacional, em listas completas e pelo método da média mais alta de Hondt.

2. A COC é composta por dez a doze militantes.

3. O Presidente da COC é o primeiro nome da lista mais votada.

4. O Presidente da COC tem voto de qualidade.

5. Compete à COC a preparação e organização do congresso e da eleição do Secretário-Geral e delegados ao congresso.

6. Tem assento nas reuniões da COC, com direito a voto, um representante de cada moção política de orientação nacional, após a entrega destas.

Artigo 3.º

(Capacidade eleitoral)

1. Só podem participar na Assembleia Eleitoral os militantes inscritos até 13 de Agosto de 2008, que constem do recenseamento enviado extraordinariamente pelo Secretariado Nacional e que regularizem o pagamento da quota do ano de 2008 até ao momento do exercício do direito de voto.

2. Só podem ser eleitos delegados ao Congresso Nacional os militantes inscritos até 13 de Agosto de 2008, de acordo com o disposto no artigo 18.º dos Estatutos do Partido Socialista e que regularizem o pagamento da quota do 2.º semestre de 2008 até ao momento da entrega da respectiva lista.

3. Só podem candidatar-se ao cargo de Secretário-Geral os militantes com inscrição anterior a 13 de Agosto de 2007.

4. Os militantes de secções que não tenham direito a eleger delegados exercem os seus direitos eleitorais na secção designada pela COC.

Artigo 4.º

(Apresentação de candidatura a Secretário-Geral)

1. As candidaturas a Secretário-Geral são apresentadas por um número mínimo de 100 militantes do Partido, tendo obrigatoriamente subjacente uma moção política de orientação nacional.

2. As candidaturas referidas no número anterior são entregues à COC até 16 de Janeiro de 2009.

Artigo 5.º

(Eleição do Secretário-Geral)

1. A eleição do Secretário-Geral decorre em simultâneo com a eleição dos Delegados ao Congresso Nacional.

2. O Secretário-Geral é eleito por sufrágio universal, directo e secreto dos militantes do Partido que disponham de capacidade eleitoral activa, nos termos do número 1, do artigo 3.º, e por lista uninominal.

3. É eleito Secretário-Geral do Partido o candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos expressos.

4. Quando não suceda o disposto no número anterior, a eleição é repetida entre os dois candidatos mais votados, no mesmo dia da semana seguinte, à mesma hora e no mesmo local, com dispensa de convocatória.

Artigo 6.º

(Apresentação de listas de candidatos a Delegados)

1. As listas de candidatos a Delegados ao Congresso Nacional são entregues, até às 22 horas do dia 9 de Fevereiro de 2009, à Mesa da Assembleia Geral e, na sua ausência, ao Secretariado da Secção ou na sede da Federação, que as remete, imediatamente, à Mesa da Assembleia Geral ou ao Secretariado da Secção respectiva, que verificam a sua conformidade nos termos dos números seguintes.

2. As listas referidas no número anterior são obrigatoriamente acompanhadas da declaração de aceitação das candidaturas e de referência à moção política de orientação nacional que apoiam.

3. Cada lista deve garantir uma representação não inferior a 33% de militantes de qualquer dos sexos, devendo em cada sequência de três elementos de candidatos dessas listas ser pelo menos um de sexo diferente.

4. As listas de candidatos a Delegados são compostas

A ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DO XVI CONGRESSO NACIONAL

por um número de efectivos correspondentes ao número de Delegados elegíveis pela respectiva secção e por, pelo menos, metade mais um de candidatos suplentes.

5. As listas irregulares são aceites provisoriamente, sendo que, quem as entrega, deve ser imediatamente notificado, para em 24 horas suprir as irregularidades verificadas, após o que deve a lista ser definitivamente aceite ou rejeitada.

6. Da decisão de rejeição da lista de candidatos a delegados cabe recurso, imediato, para a COC, que decide do recurso até 24 horas antes do início do acto eleitoral.

7. Após a sua aceitação, as listas de candidatos a delegados são expostas na Secção, em local público bem visível, para que os militantes tenham conhecimento da sua existência.

Artigo 7.º (Eleição dos Delegados ao Congresso)

1. Os Delegados ao Congresso Nacional são eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial, com base em moções políticas de orientação nacional.

2. Os delegados ao Congresso são eleitos por sufrágio universal, directo e secreto dos militantes do Partido que disponham de capacidade eleitoral activa, nos termos do número 1, do artigo 3.º, e por listas plurinominais.

3. A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método da média mais alta de Hondt, considerando-se os candidatos ordenados segundo a sequência constante da

respectiva lista.

4. Cada militante do partido pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional, e candidatar-se exclusivamente numa única lista.

5. Compete à Mesa da Assembleia Geral da Secção orientar os actos eleitorais e proceder à contagem dos votos e à elaboração da acta.

6. Até ao início do Congresso Nacional, a COC publica no Acção Socialista a lista completa dos Delegados eleitos e inerentes ao Congresso.

Artigo 8.º (As moções políticas de orientação nacional)

1. As moções políticas de orientação nacional são documentos de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido, e são subjacentes à eleição do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso.

2. As moções políticas de orientação nacional são apresentadas pelo número mínimo de 100 militantes do Partido que disponham de capacidade eleitoral passiva, e devem ser entregues até ao dia 16 de Janeiro de 2009.

3. Para efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas são consideradas as moções políticas de orientação nacional subscritas por um número mínimo de 50 delegados com direito a voto.

Artigo 9.º (Alterações estatutárias)

As propostas de alterações estatutárias são apresentadas à Comissão Nacional, nos termos do mandato atribuído

pelo Congresso.

Artigo 10.º (Moções Políticas Sectoriais)

1. As moções políticas sectoriais são documentos que desenvolvem temas específicos e/ou parcelares da política do Partido.

2. As moções políticas sectoriais são apresentadas por qualquer delegado ao congresso, e entregues à COC até às 22 horas do dia 23 de Fevereiro de 2009, em ficheiro informático.

3. Para efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas são consideradas as moções políticas sectoriais subscritas por um mínimo de 20 delegados até às 20 horas do dia 26 de Fevereiro de 2009.

CAPITULO II Assembleia Geral Eleitoral

Artigo 11.º (Convocatória)

1. As Assembleias Gerais Eleitorais das secções realizam-se nos dias 13 ou 14 de Fevereiro de 2009 e decorrem entre as 10H e as 24H, por um período mínimo de quatro horas e máximo de seis.

2. A Assembleia Geral de Militantes é convocada pela COC até dez dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, tendo como únicos pontos da Ordem de Trabalhos a eleição do Secretário-Geral e a eleição dos Delegados ao XVI Congresso Nacional.

3. A convocatória menciona obrigatoriamente o dia, o local, o horário de funcionamento e a Ordem de

Trabalhos da Assembleia.

4. Compete ao Secretariado da Federação indicar à COC, até ao dia 13 de Janeiro de 2009, a data, hora, local e período de funcionamento das Assembleias Gerais de Militantes da respectiva área de jurisdição

Artigo 12.º (Acta da Assembleia Eleitoral)

1. A Assembleia Eleitoral é presidida pela Mesa da Assembleia Geral da Secção e, na sua ausência, pelo Secretariado da Secção.

2. A Mesa da Assembleia Geral dirige o acto eleitoral e lavra a respectiva acta, da qual constam os seguintes elementos:

a) Relação nominal das listas de candidatos e delegados com menção obrigatória das moções políticas de orientação nacional que subscrevem;

b) Número de votos entrados nas urnas;

c) Resultados finais das votações para a eleição do Secretário-Geral e dos Delegados da secção ao Congresso Nacional;

d) Identificação dos Delegados eleitos, com menção do número de militante e da moção política de orientação nacional pela qual foram eleitos.

3. À acta é anexado o caderno eleitoral rubricado pelos votantes.

4. A acta e o anexo devem ser entregues ou enviadas via postal à COC (Sede Nacional do Partido Socialista, Largo do Rato, n.º 2, 1269-143 Lisboa) no dia 16 de Fevereiro de 2009.

5. Os resultados eleitorais

são afixados no local da Assembleia Geral de Militantes imediatamente a seguir ao seu apuramento e comunicados por telefone (21 382 20 00/30/31 e 34), fax (21 382 20 35) ou e-mail (coc@ps.pt, dnd@ps.pt).

6. Das deliberações da Mesa da Assembleia Geral de Militantes cabe reclamação para a COC a apresentar, na sede nacional, até às 22 horas do dia 18 de Fevereiro de 2009.

7. Para efeitos de contagem de prazos, é considerada a data de recepção na Sede Nacional.

Artigo 13.º (Número de Delegados)

O número de delegados a eleger por cada secção é proporcional ao número de militantes inscritos com capacidade eleitoral activa, de acordo com o seguinte quadro:

<15.....	0 Delegados
15-50	1 Delegado
51-150	2 Delegados
151-250	3 Delegados
251-350	4 Delegados
351-450	5 Delegados
451-550	6 Delegados
551-650	7 Delegados
651-750	8 Delegados
751-850	9 Delegados
851-950	10 Delegados
951-1050	11 Delegados
1051-1150	12 Delegados
1151-1250	13 Delegados
1251-1350	14 Delegados
1351-1450	15 Delegados
+ 1 Delegado por cada 100 militantes	

Artigo 14.º (Cadernos Eleitorais)

1. A COC envia às secções, até ao dia 13 de Dezembro de 2008, a relação de militantes

com capacidade eleitoral.

2. Da relação de militantes com capacidade eleitoral podem ser apresentadas reclamações à COC, até ao dia 27 de Dezembro de 2008.

3. A COC envia às secções os cadernos eleitorais definitivos, até ao dia 30 de Janeiro de 2009.

4. Até ao dia 6 de Fevereiro de 2009, a COC envia às secções nova relação de quotas actualizada.

Artigo 15.º (Interpretação e integração)

A interpretação e a integração de lacunas deste Regulamento cabe à COC, de acordo com o disposto nos Estatutos do Partido.

Artigo 16.º (Reclamações)

1. Das deliberações das Mesas das Assembleias Gerais cabe reclamação para a COC, até às 22 horas do primeiro dia útil seguinte à deliberação, salvo indicação expressa em contrário no presente Regulamento.

2. A COC delibera no prazo máximo de 24 horas.

3. Das deliberações da COC cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição (CNJ), até às 22 horas do primeiro dia útil seguinte à deliberação.

4. A CNJ delibera no prazo máximo de 24 horas.

Artigo 17.º (Publicidade)

A data e local do Congresso, o presente Regulamento, o Regimento e a composição da COC são publicados no Acção Socialista e no site do PS em www.ps.pt.

CALENDÁRIO DO XVI CONGRESSO NACIONAL

27, 28 de Fevereiro e 01 de Março

	DEZEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO / MARÇO
COMISSÃO NACIONAL - MARCAÇÃO DO CONGRESSO	29			
PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO, REGIMENTO E COMPOSIÇÃO DA COC NO ACÇÃO SOCIALISTA		2		
ENVIO DE LISTAGEM PROVISÓRIA DE INSCRITOS COM AS QUOTAS PAGAS, ATÉ 13 DE AGOSTO DE 2008			18	
RECEÇÃO DE RECLAMAÇÕES DAS LISTAGENS PROVISÓRIAS			2	
ENTREGA DAS CANDIDATURAS A SECRETÁRIO-GERAL E DAS MOÇÕES POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO NACIONAL			16	
PUBLICAÇÃO DAS MOÇÕES POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO NACIONAL			24	
ENVIO DOS CADERNOS ELEITORAIS DEFINITIVOS			30	
PRAZO PARA A RECLAMAÇÃO DOS CADERNOS ELEITORAIS			3	
ENVIO DE CONVOCATÓRIAS PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES			3	4
ENVIO DAS LISTAGENS DE PAGAMENTO DE QUOTAS			8	
ENTREGA DAS LISTAS DE DELEGADOS			9	
ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DELEGADOS AO CONGRESSO			13	14
PRAZO DA RECEÇÃO DA ACTA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES			16	
PRAZO DA RECEÇÃO DE RECLAMAÇÕES			17	18
PRAZO DE ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES				19
EVENTUAL REPETIÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES				25
ENTREGA DAS MOÇÕES POLÍTICAS SECTORIAIS				23
CONGRESSO NACIONAL				27, 28/2 e 01/03

COMPOSIÇÃO DA COC

Presidente
Capoulas Santos

Vogais
Marques Júnior
Manuela Augusto
Artur Penedos
André Figueiredo
Custódia Fernandes
Carlos Luís
João Paulo Rebelo
Paula Barros
Pedro Vaz
Marta Rebelo
Manuel Seabra

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

2009 – ODISSEIA NA ECONOMIA

A AMEAÇA económica que o mundo enfrenta é séria e desafiante. As previsões para 2009 das principais agências internacionais não deixam grande margem de esperança. Os vencedores deste processo de mudança disruptiva serão aqueles que conseguirem fazer da ameaça uma oportunidade.

Neste quadro é importante reflectir sobre a forma como essa transformação se pode concretizar no mundo e sobretudo explicitar o caminho que Portugal está a percorrer para sobreviver à odisséia e partir bem colocado para a nova etapa da economia global.

Somos um país rede num mundo cada vez mais reticular. É por isso no desenvolvimento das redes estruturantes que pode ser ancorado um novo modelo competitivo para

“É no desenvolvimento das redes estruturantes que pode ser ancorado um novo modelo competitivo”

o nosso país. É esta ideia forte e consistente que tem presidido à estratégia económica do Governo português para fazer face à crise internacional.

A primeira rede estruturante em que temos apostado é a rede de produção, armazenamento e distribuição de energias renováveis. Portugal é reconhecido como um país líder neste domínio, e esse reconhecimento aumenta a exigência e a oportunidade que podemos explorar.

A segunda rede determinante é a rede de banda larga de nova geração. Neste campo os progressos feitos nos níveis de uso têm sido impressionantes. Se a lucidez da regulação e da articulação de operadores estiver á altura do caminho já percorrido pela sociedade civil, também nestas redes Portugal estará na linha da frente no alvor do novo ciclo económico.

Finalmente tem sido focada e bem sucedida a aposta nas redes de eficiência colectiva, que permitem articular entidades e empresas e sobretudo dar dimensão competitiva à miríade de micro e pequenas empresas que constituem a base essencial do nosso tecido económico e social.

Sublinho neste texto apenas três pilares da complexa estratégia económica com que Portugal tem procurado agir criativamente para fazer face às dificuldades. São pilares consistentes e com visível progresso, cuja percepção nos dá razões objectivas para vivermos a quadra festiva que se aproxima com esperança e confiança no futuro.

Nordeste transmontano

Sócrates lança auto-estrada da justiça

Um “acto de justiça para com o interior” e “um investimento na nossa segurança” foi como o primeiro-ministro, José Sócrates, se referiu à auto-estrada transmontana, na apresentação do contrato de concessão deste empreendimento, que substitui o perigoso IP4.

J.C. CASTELO BRANCO

A AUTO-ESTRADA transmontana, com uma extensão de 186 quilómetros, 130 dos quais são de nova construção, vai ligar Vila Real a Bragança, com portagens apenas nos troços junto às cidades.

O prazo de conclusão de toda a obra é de 32 meses com um custo de construção orçado em 440 milhões de euros.

Na cerimónia de apresentação da nova via, o primeiro-ministro sublinhou que mesmo perante a actual conjuntura económica difícil, ela tem de ser feita por “razões económicas, de qualidade de vida e de segurança rodoviária”.

E ainda, acrescentou, “fundamentalmente, por uma razão de igualdade para dar aos transmontanos as mesmas condições de igualdade”, relativamente a outras zonas do país.

Por sua vez, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, salientou que o distrito de Bragança é a zona do país mais atrasada no que concerne ao Plano Rodoviário e que com a construção da auto-estrada transmontana, do túnel do Marão e da concessão do Douro Interior (IP2 e IC5) ficará executado mais de 90% do Plano Rodoviário Nacional relativo à região de Trás-os-Montes

Empreendimento reduz sinistralidade e gera emprego

Segundo o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), este empreendimento “visa promover a coesão territorial, reduzir significativamente a sinistralidade rodoviária nesta

Região e gerar emprego”.

Em matéria de benefícios económicos indirectos, destaca-se o mais do que provável aumento da produtividade das empresas e trabalhadores abrangidos pelas novas acessibilidades, factor que se reflectirá de forma positiva no desenvolvimento regional com o aumento do PIB.

Por outro lado, a construção desta via deverá induzir uma redução da taxa de sinistralidade grave na ordem dos 65%. Ou seja, refere o MOPTC, “se tivermos em conta os 30 anos da concessão, significará uma diminuição média de 19 mortos por ano; por outro lado, a redução de 65% dos feridos graves traduzir-se-á em menos 23 feridos graves por ano”.

A auto-estrada transmontana trará ainda uma diminuição de 45% dos feridos ligeiros: nos 30 anos concessionados isto representará em média cerca de menos 147 feridos sem gravidade por ano.

Segundo números do MOPTC, nos últimos 11 anos a sinistralidade registada no IP4 entre Amarante e Bragança atingiu uma média de 22 mortos por ano. Entre 1997 e 2007 veri-



9000

É o número de empregos que serão criados com a nova auto-estrada

ficaram-se 247 óbitos: o pico máximo aconteceu em 2002 (41 mortos) e o mínimo nos últimos dois anos (8 mortos).

O ministério de Mário Lino prevê que o empreendimento “deverá gerar à volta de 9000 empregos”, criando “postos de trabalho associados às fases de construção, exploração e manutenção da via, bem como emprego indirecto, que se estima ser criado em resultado da melhoria das acessibilidades promovidas pela nova concessão”.

MATERIALIZA-SE UM SONHO DE GERAÇÕES

O PRESIDENTE da Federação de Bragança, Mota Andrade, considera que a auto-estrada transmontana é “a materialização de um sonho de gerações”, defendendo que “é feita justiça para uma região que tanto deu e foi abandonada ao longo de anos e anos”.

Para o também vice-

presidente da bancada parlamentar socialista, “estas estradas são também as estradas da esperança, instrumentos fundamentais para os transmontanos poderem encarar um futuro de desenvolvimento e crescimento”, salientando estar certo que “venceremos esse desafio”.

Mota Andrade faz questão de lembrar que “estas realizações só são possíveis, num momento crítico que o mundo vive, pela determinação e pela coerência do primeiro-ministro, José Sócrates”.

E adianta que “a região de Trás-os-Montes e Alto Douro que assiste ao maior investimento públi-



co de sempre pode afirmar que há uma época antes Sócrates e uma época pós-Sócrates”.